

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	96
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	99
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	15.280.953	12.518.708
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.364.376	988.601
1.01.01	Caixa	234.396	196.602
1.01.01.01	Caixa	234.396	196.602
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.129.980	791.999
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	1.129.980	791.999
1.02	Ativos Financeiros	13.537.992	11.179.278
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	305.353	279.260
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	305.353	279.260
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	13.232.639	10.900.018
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	918.566	788.594
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.507.622	1.133.007
1.02.04.04	Operações de Crédito	10.109.088	8.284.175
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-221.442	-203.329
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	918.805	897.571
1.03	Tributos	179.168	158.937
1.03.03	Outros	179.168	158.937
1.03.03.01	Créditos Tributários	179.168	158.937
1.04	Outros Ativos	15.023	9.705
1.04.03	Outros	15.023	9.705
1.04.03.01	Outros Ativos	16.823	11.505
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	32
1.05.05	Outros Investimentos	28	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	32
1.06	Imobilizado	54.689	60.758
1.06.01	Imobilizado de Uso	216.655	213.599
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	216.655	213.599
1.06.03	Depreciação Acumulada	-161.966	-152.841
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-161.966	-152.841
1.07	Intangível	129.677	121.397
1.07.01	Intangíveis	225.190	193.364
1.07.01.01	Intangíveis	225.190	193.364
1.07.03	Amortização Acumulada	-95.513	-71.967
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-95.513	-71.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	15.280.953	12.518.708
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.239.123	10.595.809
2.02.01	Depósitos	12.744.966	10.304.800
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.973.338	1.608.265
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	9.236.370	7.241.218
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.535.258	1.455.317
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	50.201	102.312
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	50.201	102.312
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	443.956	188.697
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	119.598	72.154
2.02.03.02	Relações Interdependência	26.903	3.250
2.02.03.03	Emissão de Títulos	163.594	11.923
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	83.496	63.230
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	50.365	38.140
2.03	Provisões	160.608	146.202
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	103.111	85.962
2.03.02	Provisão para Contingências	57.497	60.240
2.05	Outros Passivos	181.875	137.999
2.05.01	Outras Obrigações	181.875	137.999
2.07	Patrimônio Líquido	1.699.347	1.638.698
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.121	1.473.121
2.07.04	Reservas de Lucros	149.597	165.577
2.07.04.01	Reserva Legal	12.064	12.064
2.07.04.02	Reserva Estatutária	137.533	137.533
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	15.980
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.629	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	714.575	1.907.736	489.773	1.322.137
3.01.01	Operações de Crédito	544.622	1.490.619	434.605	1.215.973
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	154.832	388.693	48.445	95.771
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	5.702	6.412	3.512	2.883
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	9.419	22.012	3.211	7.510
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-379.197	-1.000.159	-111.243	-301.059
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-333.040	-849.331	-106.066	-211.823
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-4.112	-12.893	-1.777	-3.859
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-42.045	-137.935	-3.400	-85.377
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	335.378	907.577	378.530	1.021.078
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-261.489	-697.784	-233.739	-661.700
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	48.116	132.908	36.201	103.681
3.04.03	Despesas com Pessoal	-159.825	-413.133	-135.822	-366.477
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-121.943	-365.638	-119.243	-344.589
3.04.05	Despesas Tributárias	-21.650	-62.072	-20.987	-62.221
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	20.960	63.676	16.714	49.049
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-27.147	-53.525	-10.602	-41.143
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	73.889	209.793	144.791	359.378
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.226	-58.270	-62.980	-134.490
3.06.01	Corrente	-20.642	-78.349	-53.812	-141.118
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-10.762	-42.328	-26.498	-74.335
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-9.880	-36.021	-27.314	-66.783
3.06.02	Diferido	5.416	20.079	-9.168	6.628
3.06.02.01	Ativo Fiscal Diferido	5.416	20.079	-9.168	6.628
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	58.663	151.523	81.811	224.888
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	58.663	151.523	81.811	224.888
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-6.471	-21.693	-10.057	-32.764
3.10.01	Participações	-6.471	-21.693	-10.057	-32.764

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	52.192	129.830	71.754	192.124
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	5,481	13,635	7,536	20,178
3.99.01	Lucro Básico por Ação	5,481	13,635	7,536	20,178
3.99.01.01	ON	5,4814	13,63534	7,53588	20,1776

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	52.192	129.830	71.754	192.124
4.04	Resultado Abrangente do Período	52.192	129.830	71.754	192.124

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	478.141	1.326.523
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	387.524	477.747
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	209.793	359.378
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	177.731	118.369
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	90.617	848.776
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-129.972	96.475
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-382.168	25.296
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	48.051	118.034
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.948.649	-1.713.057
6.01.02.05	Outros Créditos	-44.605	28.438
6.01.02.06	Outros valores e bens	-5.319	-3.514
6.01.02.07	Outras obrigações	36.342	57.886
6.01.02.08	Depósitos	2.440.166	2.587.697
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-52.112	-129.232
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	151.670	-137.034
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	12.197	5.976
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	20.293	38.496
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-55.277	-126.685
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.586	-3.335
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-3.077	-7.175
6.02.03	Aquisição no Intangível	-34.061	-5.918
6.02.04	Alienação de TVM mantidos até o vencimento	10.549	9.450
6.02.05	Baixa de Intangível	0	308
6.02.06	Ajuste de TVM mantidos até o vencimento	3	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.181	-55.953
6.03.01	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos	-69.181	-55.953
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-6.599	-1.271
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	375.775	1.265.964
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	988.601	1.269.585
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.364.376	2.535.549

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.980	0	-53.201	0	-69.181
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.980	0	0	0	-15.980
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-53.201	0	-53.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	129.830	0	129.830
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	129.830	0	129.830
5.07	Saldos Finais	1.473.121	0	149.597	0	76.629	0	1.699.347

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	171.854	12.060	0	0	0	1.484.578
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	171.854	12.060	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.458	-171.854	-12.060	0	-33.035	0	-44.491
5.04.01	Aumentos de Capital	172.458	-160.398	-12.060	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	-11.456	0	0	0	0	-11.456
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-33.035	0	-33.035
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	192.124	0	192.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	192.124	0	192.124
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	0	0	159.089	0	1.632.211

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	1.966.385	1.389.503
7.01.01	Intermediação Financeira	1.907.736	1.322.137
7.01.02	Prestação de Serviços	132.908	103.681
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-137.935	-85.377
7.01.04	Outras	63.676	49.062
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-862.224	-215.682
7.02.01	Captação	-849.331	-211.823
7.02.02	Obrigações por Empréstimo e Repasses	-12.893	-3.859
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-358.017	-329.721
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-18.527	-18.089
7.03.02	Serviços de Terceiros	-285.963	-270.475
7.03.04	Outros	-53.527	-41.157
7.04	Valor Adicionado Bruto	746.144	844.100
7.05	Retenções	-34.915	-32.198
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.915	-32.198
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	711.229	853.059
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	711.229	853.059
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	711.229	811.902
7.09.01	Pessoal	377.643	349.447
7.09.01.01	Remuneração Direta	279.902	262.167
7.09.01.02	Benefícios	78.059	66.686
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.682	20.594
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	177.524	246.504
7.09.02.01	Federais	169.768	240.352
7.09.02.02	Estaduais	3	0
7.09.02.03	Municipais	7.753	6.152
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	26.232	23.827
7.09.03.01	Aluguéis	26.232	23.827
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	129.830	192.124
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	53.201	33.035
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	76.629	159.089



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3T2022

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A
CNPJ: 04.913.711/0001-08
NIRE: 15300000114

Missão

Criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

Visão

Consolidar-se como um Banco de varejo indutor de desenvolvimento sustentável, presente em todos os municípios do Pará, promovendo inovação e inteligência financeira para atrair investimentos e gerar os melhores resultados econômicos e sociais.

Valores

Compromisso com a satisfação dos clientes e acionistas;
Lucro com métrica de desempenho operacional;
Impacto como métrica de criação de valor público;
Inovação com foco nas demandas do mercado e clientes;
Transparência, Meritocracia e Responsabilidade socioambiental;
Resultados sustentados pela ética e conformidade.





Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 3º trimestre de 2022, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA





PRINCIPAIS INDICADORES

Índice e Medidas de Eficiência	3T2022	2T2022	▲ V3M	3T2021	▲ V12M
Inadimplência (% da Carteira) (1)	1,25%	1,51%	-17,21%	1,51%	-17,21%
Índice de Basileia	15,97%	17,52%	-8,85%	19,72%	-19,02%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (2)	1,23%	1,43%	-13,99%	2,08%	-40,87%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE) (3)	10,75%	12,07%	-10,94%	16,18%	-33,56%
Índice de Eficiência	74,40%	71,02%	4,76%	63,26%	17,61%
Índice de Provisão (4)	2,08%	2,36%	-11,86%	2,16%	-3,70%
Índice de Cobertura (5)	31,22%	29,85%	4,59%	29,02%	7,58%

Itens Patrimoniais R\$ mil	3T2022	2T2022	▲ V3M	3T2021	▲ V12M
Ativos Totais	15.280.953	15.597.225	-2,03%	13.226.704	15,53%
Operações de Crédito	10.289.908	9.219.785	11,61%	8.005.843	28,53%
Aplic. Interf. de Liquidez	2.048.546	3.675.892	-44,27%	2.955.010	-30,68%
Captações Totais	12.958.760	13.343.146	-2,88%	11.115.032	16,59%
Patrimônio Líquido	1.699.348	1.675.996	1,39%	1.632.211	4,11%

Itens de Resultado R\$ mil	3T2022	2T2022	▲ V3M	3T2021	▲ V12M
Receitas Totais	783.653	706.770	10,88%	542.687	44,40%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	335.378	289.594	15,81%	378.531	-11,40%
Resultado Operacional	84.215	61.638	36,63%	143.629	-41,37%
Margem Financeira (6)	377.424	340.357	10,89%	381.931	-1,18%
Lucro Líquido	52.191	43.961	18,72%	71.754	-27,26%
Receita de Serviços (7)	48.117	45.411	5,96%	36.201	32,92%
Despesa com Provisões *	42.045	50.763	-17,17%	3.400	1136,55%
Despesas Administrativas (8)	121.943	127.467	-4,33%	119.243	2,26%
Margem Líquida (9)	6,89	8,41	-18,07%	13,43	-48,70%

* No 3T2021 foram implantados critérios de provisão que levam em consideração o histórico comportamental do cliente em relação a pontualidade e atraso dos pagamentos.



PRINCIPAIS INDICADORES

- (1) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (2) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (3) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (4) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (5) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.
- (6) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (7) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (8) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (9) Lucro Líquido / Receita Total.

V3M - Variação trimestral

V12M - Variação anual

Contato de Relações com Investidores

João Bernardo Pereira Lima

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Contato +55 91 3348-2879

ri_banpara@banparanet.com.br



AMBIENTE ECONÔMICO

Principais Indicadores Macroeconômicos	3T2022	2T2022	3T2021
IPCA (acumulado em 12 meses)	7,17%	11,89%	10,25%
INPC (acumulado em 12 meses)	7,19%	11,92%	10,78%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	13,65%	12,89%	5,43%
CDI Overnight (a.a) – efetiva	13,65%	12,89%	5,43%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	7,01%	6,82%	4,88%

*Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

O cenário econômico internacional continuou apresentando perspectivas mais fracas no terceiro trimestre de 2022 em relação ao crescimento do PIB global em 2022 e 2023, se comparado ao ano de 2021, quando a economia mundial cresceu 6,00%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) em seu último relatório World Economic Outlook (WEO)¹, publicado em outubro de 2022, estimou que a economia global crescerá 3,20% em 2022 e 2,70% em 2023. Nessa previsão, o FMI manteve sua projeção para 2022 e reviu em -0,20 p.p. a estimativa para 2023 em relação a atualização do WEO anterior, de julho de 2022. Esse resultado reflete: a crise do custo de vida, o aperto das condições financeiras na maioria das regiões, a guerra na Ucrânia e a persistente pandemia de COVID-19.

O WEO também mostra que a expectativa do FMI para crescimento das economias avançadas é de 2,40% para 2022 e de 1,10% para 2023. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de 3,70% para o biênio 2022-2023. Já para a Ásia Emergente a projeção de aumento é de 4,40% para 2022 e 4,90% para 2023.

CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em setembro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 1,20% no segundo trimestre de 2022 em relação ao primeiro trimestre de 2022 (série dessazonalizada). O melhor resultado foi da Indústria que cresceu 2,20%, seguida pelos Serviços que avançaram 1,30% e a Agropecuária que expandiu 0,50%. No semestre e no acumulado dos quatro trimestres terminados no segundo trimestre de 2022, o PIB registrou acréscimos de 2,50% e 2,60%, respectivamente.

A expectativa do Banco Central do Brasil (Bacen), publicada no Relatório de Inflação de setembro desse ano, para o crescimento do PIB em 2022 aumentou em relação a estimativa do Relatório anterior, passando de 1,70% para 2,70%. De acordo com o Bacen, os principais fatores para revisão foram: a surpresa no crescimento do segundo trimestre, os resultados iniciais do terceiro e os estímulos não contemplados no Relatório anterior, principalmente, o aumento do valor do benefício do Auxílio Brasil e o arrefecimento da inflação.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de setembro de 2022 variação de -0,29%, terceiro mês seguido em que o indicador apresentou deflação, destaque para o grupo de Transportes que apresentou no mês de setembro variação de -1,98% e impacto de -0,41 p.p. no índice de inflação.

No ano, o IPCA acumula alta de 4,09% e, nos últimos 12 meses, de 7,17%, abaixo dos 8,73% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus, realizada pelo Bacen, a previsão do mercado para a inflação apresentou queda na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2022, passando de 6,61% em 2 de setembro de 2022 para 5,74% em 30 de setembro de 2022. A estimativa para 2023 também apresentou queda na mediana, saindo de 5,27% para 5,00%, no mesmo período.

CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2022 e 2023 manteve-se mais fraca no início do terceiro trimestre desse ano. A Fundação reviu, em julho de 2022, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2022 para 2,04%, ante projeção anterior de 2,56% de março de 2022. Já para 2023, a estimativa de crescimento da economia paraense passou de 3,17% para 2,64%, no mesmo período. Em linha com essa expectativa, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCRPA) de agosto de 2022 apresentou variação de 1,15% em relação a agosto de 2021 (série dessazonalizada).

A indústria paraense apresentou resultado negativo, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE publicada em outubro de 2022, referente ao mês de agosto, a produção industrial do Estado apresentou variação de -6,15% em relação a agosto de 2021 (série com ajuste sazonal). Esse resultado foi provocado, principalmente, pelo baixo desempenho das atividades de Indústrias Extrativas que apresentaram variação de -8,33% em agosto de 2022 em relação a agosto de 2021. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial do Pará registrou uma variação de -7,9%.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE publicada em outubro de 2022, referente ao mês de agosto, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou crescimento de 5,50% em comparação com o mês de agosto de 2021. Considerando o comércio varejista ampliado, que contempla além das atividades que compõem o indicador do comércio varejista as atividades de material de construção e veículos, motocicletas, partes e peças, o Pará apresentou crescimento de 0,60% nessa mesma base de comparação.

No tocante à inflação, dados do IBGE de setembro de 2022 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 5,45%. No mês de setembro de 2022 esse índice apurado no Estado apresentou variação de -0,01%.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2021 do Tesouro Nacional publicado, em outubro de 2021, o Estado apresenta a nota “B” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

ATIVOS - R\$ MIL

Totais de ativo por tipo	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Disponibilidades	234.396	220.483	6,31%	215.563	8,74%
Aplic. Interf. de Liquidez	2.048.546	3.675.892	-44,27%	2.955.010	-30,68%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.507.622	1.266.923	19,00%	1.006.958	49,72%
Relações Interfinanceiras	702.519	703.007	-0,07%	535.736	31,13%
Operações de Crédito	9.898.413	8.857.318	11,75%	7.725.667	28,12%
Outros Créditos	690.040	691.270	-0,18%	597.533	15,48%
Outros Valores e Bens	15.023	10.231	46,84%	10.268	46,31%
Permanente	184.394	172.101	7,14%	179.970	2,46%
Total	15.280.953	15.597.225	-2,03%	13.226.704	15,53%

O Banpará encerrou o 3T2022 com Ativo Total no montante de R\$ 15.280.953 mil, recuo de 2,03% quando comparado com o 2T2022 em decorrência da redução das aplicações financeiras, motivada pela diminuição nos depósitos a prazo. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, houve crescimento de 15,53%, motivado, principalmente, pelo crescimento das operações de crédito.

Aplicações Financeiras	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Interfinanceiras de Liquidez	2.048.546	3.675.892	-44,27%	2.955.010	-30,68%
TVM	1.507.622	1.266.923	19,00%	1.006.958	49,72%
Compulsório Total	458.378.567	575.129.530	4,00%	551.524.602	20,00%
Total	461.934.735	575.129.530	-21,27%	555.486.570	39,04%

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no encerramento do 3T2022, registraram um recuo de 44,27% em comparação ao 2T2022. O principal fator de redução foram as operações compromissadas que tiveram redução de 58,24% no mesmo período.

As Aplicações em TVM apresentaram crescimento de 19,00% no 3T2022 em relação ao 2T2022 com maior impacto nas operações de Renda Fixa que registraram um crescimento de 17,68% em relação ao verificado no 2T2022.

No 3T2022, o total de Aplicações Financeiras recuou cerca de 28,05% em relação ao trimestre anterior.

Com base no período do 3T2022, comparado ao 3T2021, o Compulsório Total variou negativamente em torno de 20%, desempenho resultante, principalmente, pelo acréscimo do saldo na rubrica referente ao recolhimento de encaixe de Poupança, decorrente do

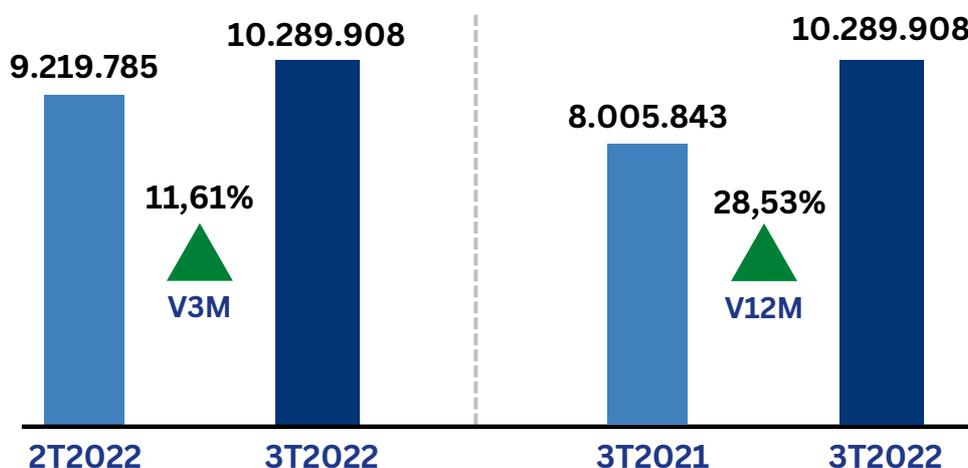
saldo na rubrica referente ao recolhimento de encaixe de Poupança, decorrente do incremento de saldo nas contas de depósito à prazo, bem como do aumento do saldo da Reserva Bancária.

Em comparação ao 2T2022, verifica-se uma variação negativa do Compulsório Total no equivalente a 4%, ocasionada pelos recursos doados para negociação no Mercado Financeiro, através da mesa de operações, gerando redução nos saldos da Reserva, porém, sempre atentando para a manutenção do valor da exigibilidade acima do limite, correspondente a 65% da exigibilidade.

Captação por Linha de Produto	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Depósitos à Vista	1.973.334	1.580.628	24,84%	1.522.451	29,62%
Depósitos de Poupança	1.535.258	1.456.184	5,43%	1.370.254	12,04%
Depósitos a Prazo	9.236.370	10.095.896	-8,51%	8.171.812	13,03%
Letra Financeira	163.594	157.991	3,55%	12.711	1187,03%
Obrig. por Emp. e Repasses	133.860	103.221	29,68%	57.855	131,37%
Obrig. por Op. Compromissadas	50.201	52.448	-4,28%	37.804	32,79%
Total	13.092.617	13.446.368	-2,63%	11.172.887	17,18%

As captações apresentaram crescimento de 17,18% quando comparadas ao 3T2022. Na comparação com o 2T2022, ocorreu um recuo de 2,63%, influenciado, principalmente, pela diminuição do depósito à prazo. O depósito à vista registrou um crescimento de 24,84% em relação ao 2T2022, além de um crescimento de 29,62% em 12 meses. Na análise anual, o incremento elevado nas captações via letras financeiras objetivam diversificar as fontes de captação e ampliar a *duration* do *funding* da instituição.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ MIL



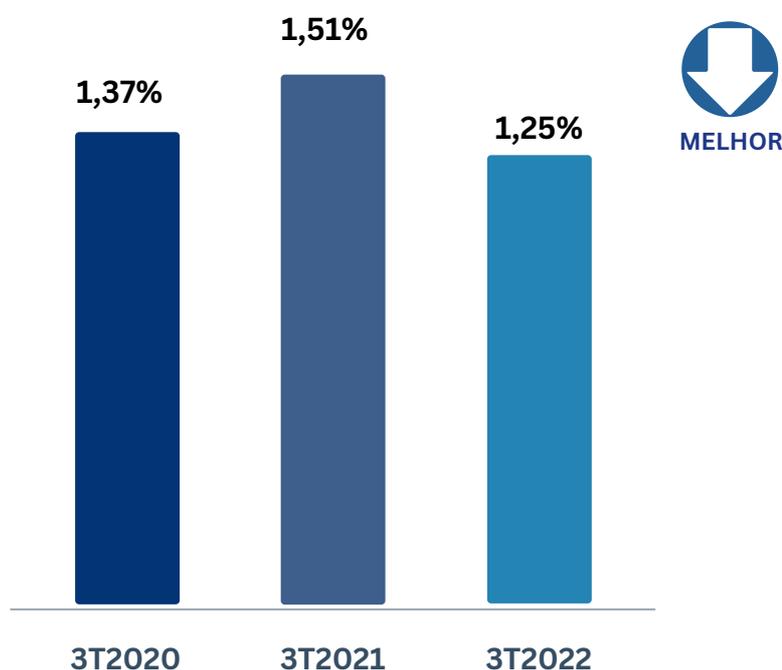
As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 28,53% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento de créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o consignado.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR FAIXA DE RISCO

Nível de Risco	R\$ Milhões					% Carteira				
	3T/22	2T/22	3T/21	▲ V3M	▲ V12M	3T/22	2T/22	3T/21	▲ V3M	▲ V12M
AA	6.841.339	4.925.753	4.655.163	38,89%	49,96%	66,49%	53,43%	58,15%	24,49%	14,38%
A	2.834.756	3.716.427	2.910.823	-23,72%	-2,61%	27,55%	40,31%	36,36%	-31,71%	-24,28%
B	231.326	145.931	109.287	58,52%	111,67%	2,25%	1,58%	1,37%	41,93%	64,57%
C	61.126	94.570	77.067	-35,36%	-20,68%	0,59%	1,03%	0,96%	-42,13%	-38,33%
D-H	321.361	337.105	253.504	-4,67%	26,77%	3,12%	3,66%	3,17%	-14,65%	-1,44%
Total	10.289.908	9.219.786	8.005.844	11,61%	15,16%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

O Banpará mantém 96,88% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação é motivada pela concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA - ACIMA DE 90 DIAS



O atraso de 91 a 360 dias atingiu o saldo de R\$ 129.114 mil e passou a representar 1,25% do crédito total. No tocante, houve uma expressiva redução quanto a representatividade sobre o ativo de crédito, no período de 12 meses.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

RECEITAS - R\$ MIL

Abertura das Receitas	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Operações de Crédito	544.622	489.920	11,17%	434.605	25,31%
Resultado de Aplic. Interf. com TVM	154.832	136.688	13,27%	48.445	219,60%
Resultado das Aplic. Comp.	9.419	6.609	42,52%	3.211	193,38%
Resultado de Operações de Cambio	5.702	9.633	-40,81%	3.512	62,33%
Receita de Serviços	48.117	45.411	5,96%	36.201	32,92%
Outras Receitas Operacionais	19.379	16.585	16,84%	13.582	42,68%
Receitas não operacionais	1.582	1.923	-17,74%	3.130	-49,46%
Total	783.653	706.770	10,88%	542.687	44,40%

No 3T2022, as receitas do Banpará tiveram um aumento de 10,88% quando comparadas com o 2T2022 e um incremento de 44,40% quando comparadas com o mesmo período de 2021, desencadeadas, sobretudo, pela expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos, com destaque para o produto consignado. Além disso, outros fatores que corroboraram para expansão das receitas foram os resultados positivos com aplicações financeiras e TVM's, dada a alta liquidez do Banco, bem como em decorrência da variação cambial que ensejou o aumento na linha de outras receitas operacionais.

CUSTOS E DESPESAS - R\$ MIL

Despesa com Intermediação Financeira	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Operações de Captação no Mercado	333.040	295.565	12,68%	106.066	213,99%
Oper. de Empréstimos e Repasses	4.112	6.929	-40,66%	1.777	131,37%
Provisão para Operações de Crédito	42.045	50.763	-17,17%	3.400	1136,55%
Total	379.197	353.257	7,34%	111.243	240,87%

O Banpará apresentou um aumento nas despesas com intermediação financeira de 7,34% no 3T2022 em comparação ao 2T2022 e de 240,87% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciado, principalmente, pelo crescimento das despesas de captação em decorrência do aumento da taxa SELIC.



Despesas com Pessoal	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Proventos	100.076	78.832	26,95%	86.854	15,22%
Benefícios	23.381	21.476	8,87%	18.795	24,40%
Encargos Sociais	34.664	27.777	24,79%	28.325	22,38%
Treinamentos e Outros	1.705	1.728	-1,38%	1.847	-7,72%
Total	159.825	129.814	23,12%	135.822	17,67%

As despesas com pessoal do 3T2022, quando comparadas com 2T2022, apresentaram um aumento de 23,12%, em decorrência, principalmente, do reajuste salarial proveniente de acordo coletivo.

Outras Despesas Administrativas	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Serviços de Terceiros	33.769	33.260	1,53%	29.621	14,00%
Consumo, Manutenção e Materiais	17.915	21.612	-17,10%	20.916	-14,35%
Sistema de Processamento de Dados	31.994	29.224	9,48%	34.213	-6,48%
Aluguéis	9.032	8.702	3,80%	7.786	16,01%
Depreciação e Amortização	12.174	11.726	3,81%	10.416	16,87%
Propaganda e Publicidade	6.691	13.575	-50,71%	6.960	-3,87%
Transporte	7.610	7.149	6,45%	7.332	3,79%
Demais Despesas Administrativas	2.759	2.218	24,35%	1.999	38,01%
Total	121.943	127.467	-4,33%	119.243	2,26%

As despesas administrativas, quando comparadas ao 2T2022, apresentaram uma redução de 4,33%, em virtude, principalmente, das despesas com Propaganda e Publicidade, em decorrência das despesas com contratos de marketing ocorrido no 2T2022. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um ligeiro aumento de 2,26%, com destaque para as despesas com serviços de terceiros, devido a reajustes contratuais, despesa com transporte, despesa com aluguéis reflexo da expansão da rede de agências e despesas com amortização reflexo da conclusão dos projetos relacionados com o ativo intangível do Banco.

Despesas Tributárias	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	2.662	2.479	7,36%	2.657	0,16%
Contribuição ao COFINS	16.379	15.256	7,36%	16.352	0,16%
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	2.424	2.270	6,82%	1.816	33,47%
Outras Despesas Tributárias	185	336	-44,93%	161	14,94%
Total	21.650	20.340	6,44%	20.987	3,16%

As despesas tributárias do 3T2022 apresentaram aumento de 6,44% em relação ao 2T2022, e, quando comparados ao 3T2021, apresentaram aumento de 3,16%. Os impostos federais não acompanharam o crescimento das receitas na mesma proporção, em virtude das despesas de captação que deduzem sua base de cálculo, no entanto, o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS aumentou na mesma proporção das receitas de serviços.

Outras Despesas Operacionais	3T2022	2T2022	▲V3M	3T2021	▲V12M
Provisão para Outros Créditos	4.057	1.473	175,42%	486	734,86%
Despesas com Ações Cíveis	646	466	38,64%	1.484	-56,44%
Despesas de Provisões Passivas	5.107	4.641	10,05%	3.894	31,17%
Despesas de Desc. Concedidos em Renegociações	203	241	-15,81%	384	-47,13%
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	2.187	6.077	-64,01%	1.386	57,79%
Variação e Diferença de Taxa em Moeda Estrangeira	1.716	-1.673	-202,55%	-	100,00%
Despesa com Serviços Associados a Transações de Pagamento	782	756	3,36%	705	10,80%
Outras Despesas Operacionais	542	350	54,80%	292	85,44%
Total	15.241	12.331	23,59%	8.631	76,57%

As outras despesas operacionais do 3T2022 tiveram aumento de 23,59% quando comparadas com o 2T2022 e aumento de 76,57% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaca-se, principalmente o aumento nas provisões para outros créditos, provisões passivas contingenciais e nas operações cambiais dada a variação da taxa do dólar e do euro.

RATING

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(AA.br/MLA-1.br)
Rating
Escala Nacional



As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de Rating) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia.

A Standard & Poor's, em agosto de 2022, manteve o rating do Banco em escala nacional e global, devido ao resultado de sua pequena exposição a segmentos e ativos mais arriscados, que contribuiu para um desempenho financeiro sólido e estável mesmo durante o período de crise econômica. A S&P destacou também que vê a captação do Banpará como mais forte do que a média do sistema bancário brasileiro por conta de sua competitiva vantagem decorrente da sua condição de principal entidade bancária do governo estadual. Além disso, a S&P considera que os fatores de crédito ambientais, sociais e de governança do Banpará estão amplamente alinhados com os de sua indústria pares.

A Moody's, em outubro de 2021, apresentou relatório com perspectiva estável e bem consolidada em relação ao Banpará. Os ratings do Banco refletem os fundamentos financeiros sólidos, incluindo elevada capitalização, forte geração de lucros, bem como métricas de qualidade de ativos que se beneficiam principalmente da carteira de baixo risco de créditos consignados. Ademais, a Moody's Local, em outubro de 2022, reafirmou os ratings de depósito de longo prazo de AA.br e de curto prazo de ML A-1.br, reflexo dos sólidos fundamentos financeiros do Banco, como o financiamento das operações através de uma base granular e estável de depósitos. A Moody's destacou que o Banpará possui um papel estratégico na oferta de produtos e serviços financeiros na região, que conta com uma baixa presença de bancos privados, tornando a empresa bem consolidada, com boa participação em crédito e depósitos no Pará. Além disso, a Moody's enfatizou a baixa exposição do Banpará a riscos ambientais, devido ao ativo trabalho para incorporar princípios de sustentabilidade em suas linhas de negócio.

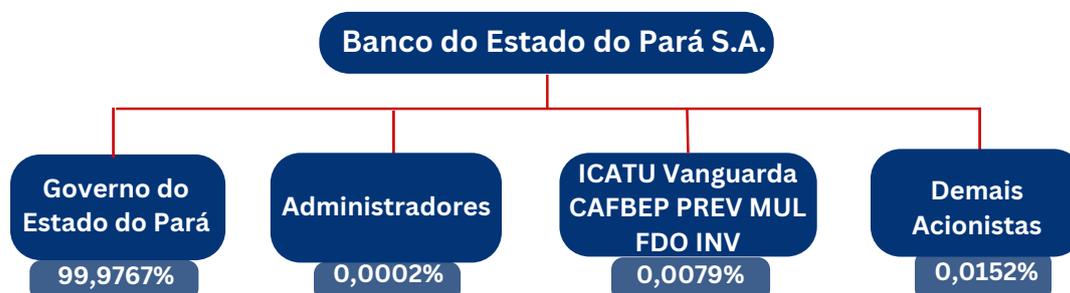
Os relatórios das Agências de Rating estão disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.b.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	Total
Estado do Pará	9.519.433
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755
Administradores	16
Outros	1.445
Total	9.521.649

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO





PAGAMENTO DE JSCP/DIVIDENDOS

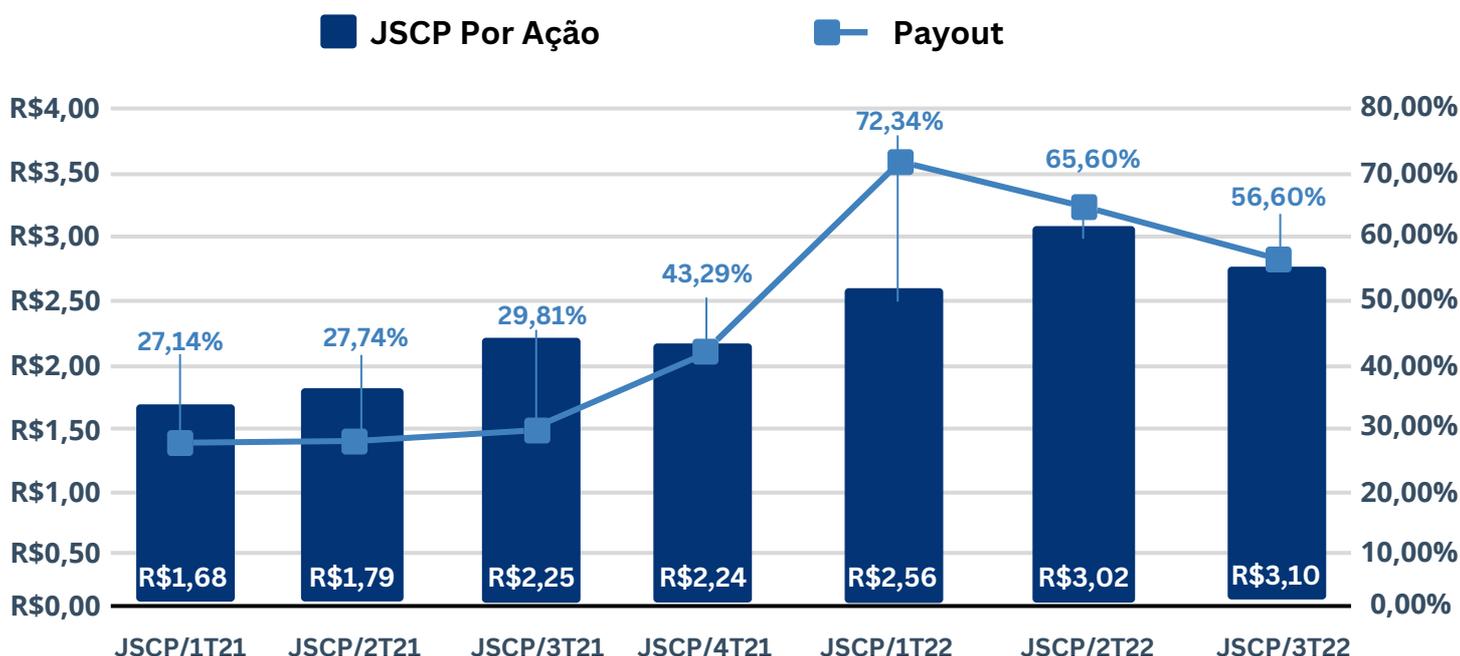
O Banpará deliberou, na reunião do Conselho de Administração que aconteceu no dia 31 de outubro, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio referente ao resultado apurado no 3T2022, no valor de R\$ 29.540.285,57 (Vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), o equivalente a R\$ 3,10 bruto por ação, a ser pago no dia 23 de novembro de 2022.

HISTÓRICO DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JSCP - 2021/2022

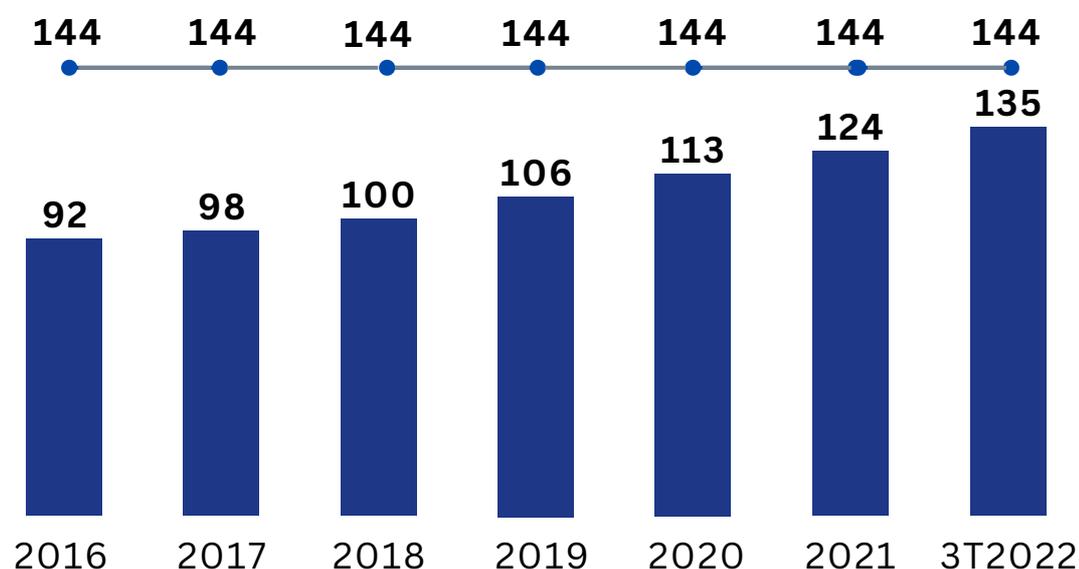
Proventos	2021	2022	V12M (%)
JSCP/1ºT	R\$16.030.252,42	R\$24.361.201,06	51,97%
JSCP/2ºT	R\$17.004.781,75	R\$28.839.912,57	69,59%
JSCP/3ºT	R\$21.391.576,14	R\$29.540.285,57	38,10%
JSCP/4ºT	R\$21.282.512,56	-	-
Dividendos	R\$15.979.244,63	-	-
Total	R\$91.688.367,50	R\$82.741.399,20	

JSCP	2021	2022	V12M (%)
1ºT ao 3ºT	R\$54.426.610,31	R\$82.741.399,20	52,02%

EVOLUÇÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DO BANPARÁ NOS ÚLTIMOS TRIMESTRES



COBERTURA GEOGRÁFICA



■ Municípios cobertos pelo Banpará — Municípios do Estado do Pará

O Banpará finalizou o 3T2022 com 189 unidades de atendimento, entre agências e postos de atendimento, distribuídos em 135 municípios paraenses, contemplando 93,75% dos municípios do Estado.

Nesse período, foram inauguradas 03 unidades, sendo as Agências São Domingos do Capim, São Sebastião da Boa Vista e Belterra, todas em municípios que não possuíam unidades do Banpará.

189 Unidades de atendimento no Estado do Pará

154 Agências Bancárias

35 Postos de Atendimento

MARKET SHARE

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 3T2022 E 3T2021

Região de Integração ¹	3T2022			3T2021		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	27	35,71%	15	42	36%
Baixo Amazonas	14	30	31,82%	13	43	30%
Carajás	14	40	25,93%	12	53	23%
Guajará ²	18	112	13,85%	18	136	13%
Guamá	18	24	42,86%	14	38	37%
Lago de Tucuruí	06	18	25,00%	06	24	25%
Marajó	13	08	61,90%	10	19	53%
Rio Caetés	14	15	48,28%	12	27	44%
Rio Capim	15	30	33,33%	14	43	33%
Tapajós	06	08	42,86%	06	14	43%
Tocantins	12	30	28,57%	12	42	29%
Xingu	09	17	34,62%	08	25	32%
Total	154	359	30,02%	140	506	28%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte 05 dos 07 municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

³ Fonte: Banpará – Plano de Expansão (set/2022).

Fonte: Bacen – Relação de Agências (base: julho/2022 e setembro/2021).

Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 2022, 2021 e 2020 (Valores em R\$ mil)

	2022 ¹			2021			2020		
	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share
Depósitos a prazo	10.180.013	22.142.059	45,98	8.171.812	18.678.029	43,75	6.404.793	16.178.021	39,59
Depósitos à vista	1.707.974	6.191.401	27,59	1.522.451	6.081.833	25,03	1.229.656	5.881.702	20,91
Depósitos de poupança	1.530.765	13.934.367	10,99	1.370.254	14.038.497	9,76	1.327.333	13.652.472	9,72
Operações de Crédito	9.534.386	44.569.777	21,39	7.898.320	37.035.608	21,33	6.125.223	29.036.877	21,09

¹ Valores com base no mês de julho/2022 e setembro/2021 e 2020.

Fonte: Bacen – ESTBAN referente a setembro de cada ano.



CANAIS E CLIENTES

TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Canais de Atendimento Eletrônico	3T2022	2T2022	▲ V3M
Internet Banking	253.081	152.054	66,55%
Mobile Banking	1.504.334	1.196.656	25,71%
ATM Banpará	2.619.291	2.756.724	-4,98%
Rede Saque e Pague	2.003.880	2.223.233	-9,86%
Banco 24 Horas	512.168	526.825	-2,78%
Total	6.892.754	6.855.492	0,54%

No 3T2022, houve um crescimento de 0,54% no total de transações efetuadas pelos canais eletrônicos, em comparação com o 2T2022, com destaque para o aumento de transações no Mobile Banking em 307.678 transações, reflexo da disponibilidade de produtos e serviços e aprimoramento do *app* do Banpará.

Destaques nos Canais de Atendimento Eletrônico

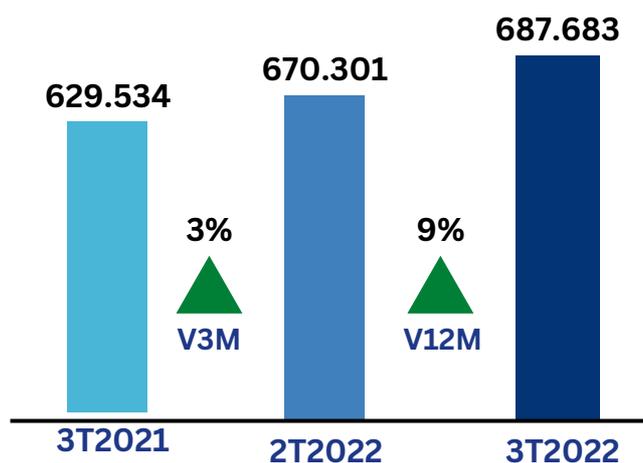


6.8 MILHÕES de Transações Financeiras nos canais de Atendimento Eletrônico

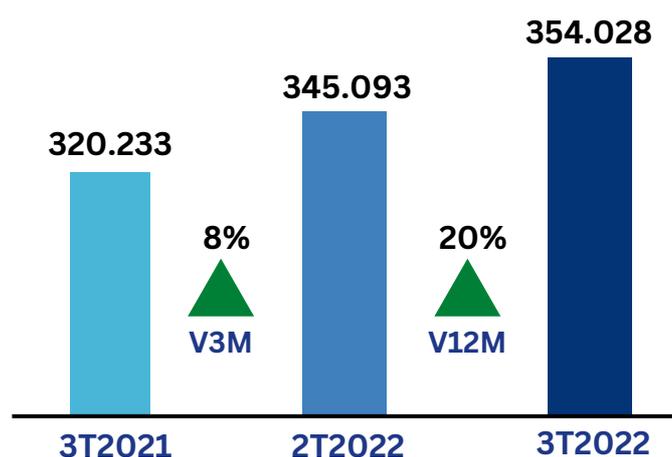


1.5 MILHÕES de transações pelo canal digital *Mobile Banking*

CLIENTES ATIVOS



CONTAS CORRENTES ATIVAS



O Banpará finalizou o 3T2022 com 687.683 clientes ativos, apresentando um crescimento na base de clientes em 9% comparado ao mesmo período do ano anterior, e 354.028 contas correntes ativas, denotando um aumento de 20% em relação ao 2T2022, alinhando o resultado à expansão do *market share* do Banco.

Em relação à base de clientes, o Banpará apresentava no 3T2022 639.826 clientes Pessoas Físicas e 47.857 Pessoas Jurídicas.

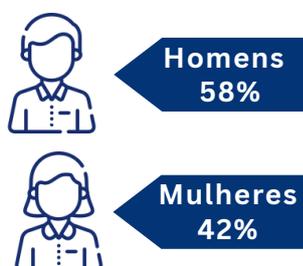
PERFIL DOS COLABORADORES

O Banpará finalizou o 3T2022 com 2.593 funcionários ativos, e, ao se considerar a composição por gênero, 58% dos funcionários eram do gênero masculino e 42% do gênero feminino. Nas funções gratificadas gerenciais, considera-se para a matriz os Superintendentes e Gerentes e para as agências o Gerente Geral.

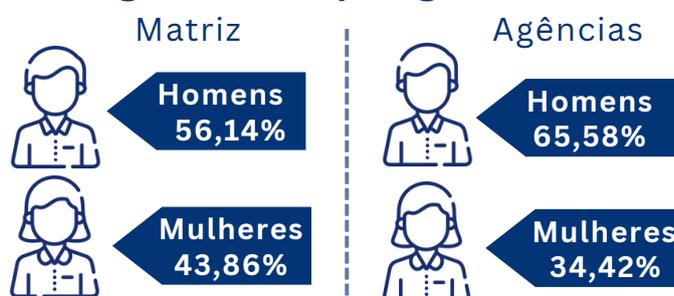
Quanto à faixa etária, é acentuada a prevalência da faixa de 31 a 40 anos sobre as demais, correspondendo a participação de 64,28% do funcionalismo.

O Banco possui em seu quadro funcionários de cargo nível superior, médio e fundamental, equipe admitida por concurso público.

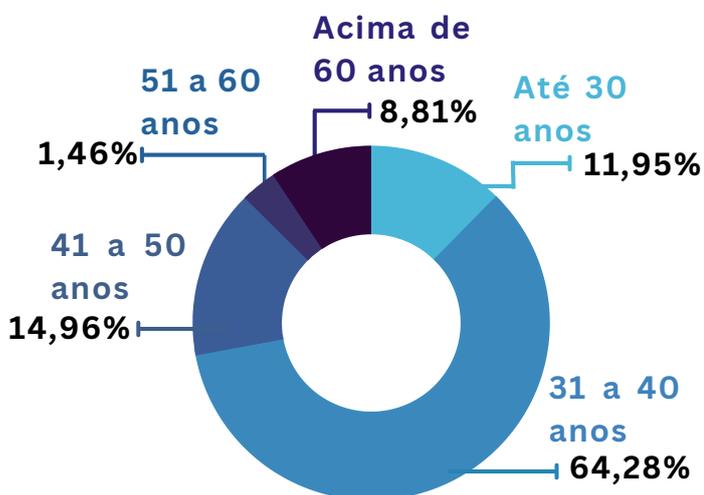
Perfil dos funcionários por gênero



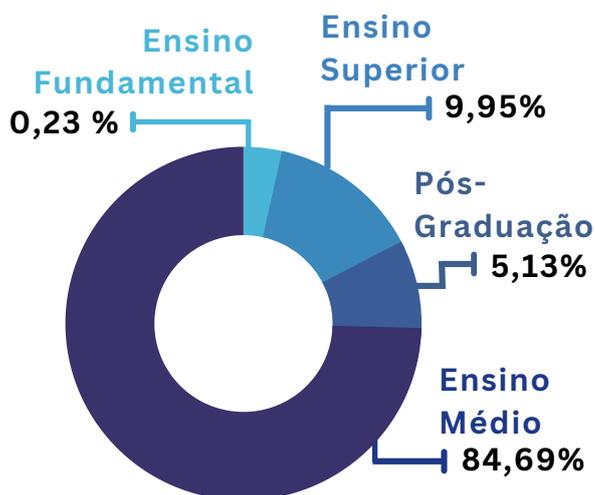
Ocupação de função gratificada gerenciais por gênero



Funcionários por Faixa Etária



Funcionários por Escolaridade



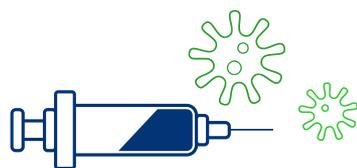
JOVENS APRENDIZES

O Banco possui um programa voltado para o Jovem Aprendiz, recrutando estudantes a partir do 09º ano do fundamental com no mínimo 14 anos. Até o 3T2022, o Banpará contava com 84 jovens aprendizes.

ESTAGIÁRIOS

O Banpará possui um programa de estágio para estudantes do ensino médio e ensino superior, oferecendo oportunidades para jovens a partir de 16 anos, matriculados a partir do 2º (segundo) ano do ensino médio ou que tenham cursado a partir de 50% do curso em que esteja matriculado. Até 3T2022, o Banco contava com 345 estagiários.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA



O Banpará realiza análise dos postos de trabalhos implantando programas de saúde e segurança voltados para prevenção de doenças e acidentes de trabalho (através de exames periódicos), assim como campanhas de saúde e conscientização em conjunto com as CIPAS.



Além disso, planeja, organiza, executa ações de promoção da saúde (palestras, encontros), campanhas preventivas (saúde mental, prevenção ao suicídio, câncer de mama, câncer de próstata, vacinação etc.) e incentiva a alimentação saudável contribuindo para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde dos funcionários.



O Banpará também possui o Programa Mais Saúde, que proporciona incentivo aos funcionários a gerenciarem melhor a sua saúde, adotando uma rotina de check-up periódico, e, com isso, ainda participarem de sorteios de diversos prêmios. O check-up periódico ajuda a prevenir o surgimento de patologias, impactando de forma positiva na qualidade de vida, com importantes reflexos na performance no ambiente de trabalho. O programa garante, ainda, apoio a dependente químico e acompanhamento social a funcionários do Banco.

Outra ação importante de incentivo à saúde é a oferta mensal de sessões de **Terapias Holísticas**, além do **Abono atividade Física** que é um incentivo financeiro à prática de atividades físicas, os quais as quais contribuem para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde, garantindo melhoria da qualidade de vida do empregado.

INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

O Banpará ofereceu 53 cursos de capacitação no 3T2022. Dentre eles estão: Cursos obrigatórios, Acompanhamento do Desenvolvimento da Liderança - ADL e Congressos em temas diversos de interesse do Banco.

Os treinamentos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp, que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco. Desde o início deste ano, a UniBanp, em parceria com diversas áreas, vem ofertando treinamentos on-line para atender as necessidades do negócio. O ensino à distância (EAD) já apresenta um crescimento constante em nossos modelos de capacitação em virtude da pandemia, mas, agora, tem sido uma prática comum, haja vista o alcance para todo o funcionalismo.



Dentre os temas disponibilizados neste trimestre, destacamos:

Atendimento ao SARB nº 014/2014 ESG: Um novo jeito de investir (online): para os empregados do Banco. Seu objetivo é formalizar as diretrizes e procedimentos fundamentais para a incorporação de práticas de avaliação e gestão de riscos socioambientais nos negócios e na relação com as partes interessadas. Houve a adesão de aproximadamente 1.400 empregados.

Acompanhamento de Liderança – ADL (Online): Para os gerentes gerais e coordenadores de todas as Agências e Postos do Banco. O Acompanhamento tem como objetivo agregar valor na formação e desempenho profissional dos gestores, habilitando-os a compreender a importância dos temas propostos e a necessidade de compartilhar o conhecimento com suas equipes. Temas trabalhados (Comunicação Assertiva e Feedback, O Papel dos Líderes no Processo da Educação Corporativa e Gestão de Mudanças).

Contabilidade Bancária (Presencial): Para os empregados da Superintendência de Captação e Numerários e Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social. O curso objetivou propiciar o entendimento dos fluxos das contabilizações bancárias por meio da elucidação de aspectos teóricos e demonstração de exemplos práticos aplicados ao Banpará. Destacamos a preocupação da UniBanp em formar turmas específicas de uma área ou áreas afins, a fim de que fosse dada a devida importância à particularidade de cada Unidade.

Criptografia (Online): Para todo corpo funcional objetivando demonstrar a importância da Criptografia e como deve ser utilizada. Tivemos uma adesão de 1.943 empregados que realizaram o curso.

Dentre outros temas abordados, destacamos: Fundos de Investimentos, Scrum – o guia prático para projetos, Fraudes Corporativas: conceito, prevenção e avaliação + Scrum , 42º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – Conbrai, Adesão Banparacard nos Canais Mobile e IBK, Como implementar um sistema de indicadores de desempenho e processos, Curso preparatório para certificação de controles internos, entre outros. Por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, o Banco tem proporcionado aos seus funcionários incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando no 3T2022 um total de 34 empregados que ingressaram no programa.

GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE CAPITAL

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos,

das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

RISCO DE MERCADO

No Banpará, a Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados. Além disso, o gerenciamento de risco de mercado também envolve um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, para as quais são reportadas posições e exposições em relatórios mensais ou extraordinários.

RISCO DE LIQUIDEZ

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações posteriores, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pelo mercado financeiro.

O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando avaliação diária de eventuais impactos nos ativos de alta liquidez do Banpará

RISCO DE CRÉDITO

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.

O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se, para pessoa jurídica, o risco do grupo econômico.

Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD, para cada operação são consideradas a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682 /1999, que define níveis crescentes de risco, os quais são AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

O controle e acompanhamento ocorre por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim, evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimentos dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional visando à ampliação da resiliência e solidez dos bancos criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- adicional contracíclico de capital principal (ACP_{Contracíclico}), no máximo 2,5% do montante do RWA:
 - O fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;
- adicional de importância sistêmica de capital principal (ACP_{Sistêmico}), até 2% do montante do RWA:
 - O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- adicional de conservação de capital principal (ACP_{Conservação}), 2,5% do montante do RWA;
 - Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará, considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACP_{Conservação} de 2,5%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 10,5%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Apetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de IB, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital.



Para o 3T22, as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

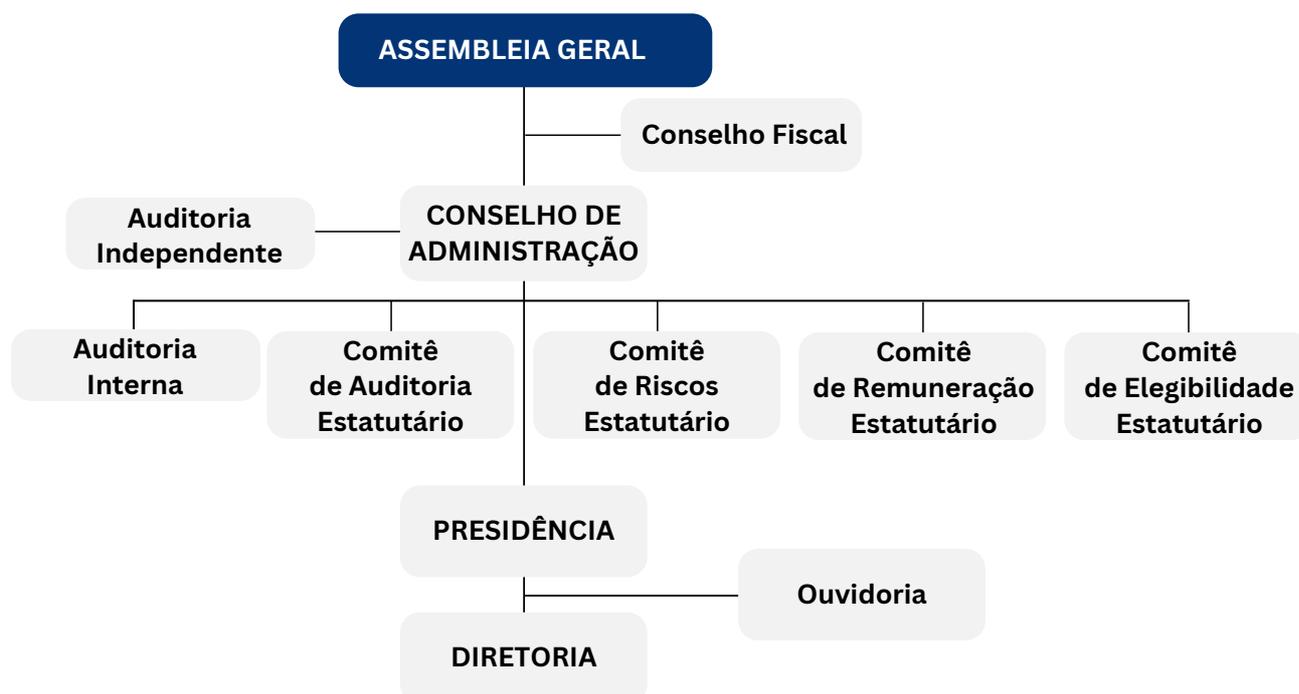
Gestão de Capital - R\$ mil	3T2022	2T2022	3T2021	▲V3M	▲V12M
Patrimônio de Referência (PR)	1.569.671	1.560.271	1.508.518	0,60%	4,05%
PR Nível I	1.569.671	1.560.271	1.508.518	0,60%	4,05%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia (IB)	15,97%	17,52%	19,72%	-8,85%	-19,02%

O Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu no 3T22, o montante de R\$ 1.569,6 mil, um aumento de 0,60% e 4,05%, quando comparado com o 2T22 e 3T21, respectivamente. A variação positiva do PR deve-se principalmente a apuração de lucro gerado para o período.

O Índice de Basileia - IB no 3T22 é de 15,97%, uma diminuição de 8,85% e 19,02%, em relação ao 2T22 e 3T21, respectivamente. A redução é em decorrência do aumento em 10,38% e 28,51% das exposições dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA para os períodos 1S22 e 2T21, respectivamente. Ainda assim, o IB ficou acima do estipulado na Declaração de Appetite por Risco - RAS (15%) e do exigido pelo Bacen (10,5%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e *compliance* podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores <http://ri.banpara.b.br>.

GOVERNANÇA CORPORATIVA





Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica. A Companhia atualmente dispõe de 04 Comitês de Assessoramento, que auxiliam diretamente o Conselho de Administração, denominados: Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade Estatutário; Comitê de Remuneração Estatutário e Comitê de Riscos Estatutário. Cada Comitê possui seu Regimento Interno que estabelece regras e procedimentos relativos ao funcionamento.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de elaboração das demonstrações financeiras, de controles internos e de gestão de riscos e compliance.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Ouidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Interna: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos.



No 3T2022, foram realizadas 07 (sete) reuniões do Conselho de Administração, por meio de videoconferência e 14 (quatorze) reuniões da Diretoria Colegiada de forma presencial.

Conselho de Administração	Composto por 07 (sete) membros, sendo 03 (três) membros independentes e representantes do controlador, 04 (quatro) membros dependentes, sendo 02 (dois) indicados pelo acionista controlador, 01 (um) representante dos minoritários e 01 (um) representante dos funcionários.
Conselho Fiscal	Composto por 03 (três) membros, sendo 01 (um) representante dos minoritários e 02 (dois) representante do controlador.
Comitê de Riscos Estatutário	Composto por 02 (dois) membros independentes e 01 (um) membro dependente.
Comitê de Auditoria Estatutário	Composto por 03 (três) membros independentes.
Comitê de Elegibilidade Estatutário	Composto por 03 (três) membros dependentes.
Diretoria Colegiada	Composto por 06 (seis) membros dependentes, sendo 01 (um) a Diretora - Presidente.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banpará efetua atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 (dez) dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/2020 ou de 20 (vinte) dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o manifestante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação, para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020 e Instrução Normativa BCB nº 265/2022.

No 3º trimestre de 2022, foram analisadas 230 (duzentas e trinta) demandas, sendo 65 (sessenta e cinco) procedentes e 165 (cento e sessenta e cinco) improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco através de proposições nos Relatórios mensais e semestrais, objetivando melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

No 3T2022, 62,18%
 das demandas
 foram atendidas
 em até **5 dias úteis**



A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução CMN 4.860/2020; Resolução BCB Nº 222/2022 e Instrução Normativa BCB nº 265/2022; Resolução CVM nº 43/2021; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011; e atende ao Ofício Circular nº 06/2016 da Ouvidoria Geral do Estado do Pará. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo Sarb 022/2019, exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. No 3º trimestre de 2022 tivemos 143 (cento e quarenta e três) demandas atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em 62,18%, do total das 230 (duzentos e trinta) registradas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O Banpará tem como missão criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse sentido, destacamos abaixo as principais linhas de crédito voltadas para esse segmento, e seus resultados contratados no ano até o 3T2022:

CRÉDITO RURAL



R\$ **75,55** mi

101 operações contratadas

CREDCIDADÃO



R\$ **12,96** mi

3.832 operações contratadas

MICROCRÉDITO



R\$ **77,24** mi

7.755 operações contratadas

FUNGETUR



R\$ **2,22** mi

20 operações contratadas

BNDES



R\$ **11,01** mi

7 operações contratadas

AGENDA ESG E RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

As estratégias socioambientais do Banpará para o desenvolvimento econômico e social sustentável foram desafiadoras, considerando o propósito de ampliar nossa gestão para uma agenda mais robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

As diretrizes socioambientais do Banco foram aprimoradas em virtude dos riscos e oportunidades oriundos das questões climáticas, motivadas pelas Resoluções CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021, consolidadas na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, considerando a avaliação da relevância e proporcionalidade, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban, que corroboram para a implementação de procedimentos de classificação, avaliação e monitoramento de riscos socioambientais e de uma agenda positiva, voltada para a governança de questões ambientais e sociais (ESG).

Esse momento envolveu a participação dos *stakeholders* por meio de consulta pública e revisão do Plano de Implementação da política, que é uma das ferramentas para materialização das diretrizes socioambientais e climáticas, trazendo para a estratégia novos temas da agenda ESG. Assim, a política e o seu plano de ação serão submetidos para aprovação pelo Conselho de Administração do Banco.

A reestruturação da governança de riscos e responsabilidade socioambiental promoveu maior alinhamento e eficiência no atendimento da PRSAC, direcionando ações para atendimento da Agenda ESG e mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos para uma só Diretoria.

Essa mudança motivou a participação da governança de risco e responsabilidade social, ambiental e climática em comitês estratégicos, para que esses temas sejam discutidos a nível estratégico a partir de agora.

Nesse mote, o Banco está em processo de desenvolvimento do modelo de gerenciamento de risco social, ambiental e climático (SAC), incluindo questões que impactam imagem e reputação, voltado para suas atividades e processos, assim como para o relacionamento com terceiros. Principais ações:

- Identificação dos riscos SAC e de imagem e reputação;
- Avaliação de projetos estratégicos sob a ótica dos riscos SAC e de imagem e reputação.

O objetivo é concluir até dezembro de 2022 a primeira etapa do processo, que envolve:

- O mapeamento dos processos e priorização dos críticos;
- A construção da modelagem inicial para identificação e avaliação dos riscos envolvidos;
- A identificação e segregação dos eventos para o registro de dados referente às perdas efetivas decorrentes de eventos SAC.

Ações periódicas de aculturação interno da responsabilidade socioambiental:

- Promoção de cursos sobre agenda ambiental, social e governança - ESG para Bancos, direcionados ao público interno geral e especificamente às áreas gestoras;



- Continuidade na prática de distribuição de canecas de porcelana, visando evitar o consumo de descartáveis dentro do Banco, e na realização da coleta seletiva, ajudando a promover educação ambiental entre funcionários e colaboradores, e a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará;
- Estudo e elaboração do Plano de Gestão de Resíduos, voltado para sistematização e otimização desse processo;
- Divulgações via e-mail aos funcionários acerca do tema, em especial no período, sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O apoio financeiro a projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos é uma das práticas de responsabilidade social do Banpará. Foram mantidos os projetos da Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de câncer e outras patologias crônicas; e Espaço Nova Vida, que trata dependentes químicos.

Foi mantida a participação no McDia Feliz 2022, campanha nacional voltada para o apoio ao tratamento do câncer infanto-juvenil, cuja contribuição do Banpará, por meio do apoio de funcionários, parceiros e clientes é renovada desde 2015.

O Banco permanece mantendo em seu quadro de prestadores de serviços 90 portadores de deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD, favorecendo a prática da Inclusão Social.



AGRADECIMENTOS

As realizações alcançadas no 3º trimestre de 2022 são fruto da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

**Diretor-Presidente em exercício e
Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores**

João Bernardo Pereira Lima

Diretores

Carlos Alexandre Ferreira da Silva
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Larissa Wanghon Monteiro Raiol

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1).

Resolução CMN nº 4.924/2021 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2).

Resolução CMN nº 4.818/2020 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
Resolução CMN nº 4.534/2016 – Intangível (CPC 04 R1).
Resolução CMN nº 4.818/2020 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
Resolução CMN nº 4.924/2021 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).
Resolução CMN nº 4.818/2020 – Evento Subsequente (CPC 24).
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
Resolução CMN nº 4.535/2016 – Imobilizado (CPC 27).
Resolução CMN nº 4.877/2020 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).
Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por ação (CPC 41).
Resolução CMN nº 4.924/2021 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46).

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards - IFRS.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 7 de novembro de 2022.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas demonstrações financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas;

perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 Títulos e valores mobiliários

Nota Explicativa nº 7 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Nota Explicativa nº 9 Determinação da vida útil econômica de alguns ativos.

Nota Explicativa nº 14 Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros.

Nota Explicativa nº 18 Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais.

Nota Explicativa nº 21 (b) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 02 de 2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o § único do art 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN n° 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa n° 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa n° 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal

desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas

explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 15.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (a)	20%/21%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

(a) Houve alteração na alíquota da CSLL, que elevou de 20% para 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, em cumprimento à Lei nº 14.446/2022.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as demonstrações financeiras intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras intermediárias.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Caixa	234.396	196.602
Disponibilidades em moeda nacional	205.962	186.113
Disponibilidades em moeda estrangeira	28.434	10.489
Equivalente de Caixa	1.129.980	791.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.129.980	791.999
Total	1.364.376	988.601

O montante de R\$ 1.364.376 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 988.601 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.09.2022	31.12.2021
Aplicações - Mercado aberto	1.129.980	791.999
Posição bancada	1.129.980	791.999
Letras financeiras do tesouro	799.979	311.998
Letras do tesouro nacional	134.918	430.001
Notas do tesouro nacional	195.083	50.000
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	918.566	788.594
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	612.472	586.960
Não ligadas	306.094	201.634
Total	2.048.546	1.580.593

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	3º Tri 2022	30.09.2022	3º Tri 2021	30.09.2021
Posição bancada	70.020	207.218	28.981	57.703
Depósitos interfinanceiros	28.334	60.146	5.111	10.825
Total	98.354	267.364	34.092	68.528

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	30.09.2022	31.12.2021
Livres	1.397.310	990.230
Letras Financeiras do Tesouro	1.132.194	918.825
CVS	59.331	68.832
Letras Financeiras	204.259	-
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	1.455	2.573
Bladex	71	-
Vinculados a operações compromissadas	50.259	102.489
Letras Financeiras do Tesouro	50.259	102.489
Vinculados ao Banco Central	50.274	31.325
Letras Financeiras do Tesouro	50.302	31.325
Vinculados à prestação de garantia	9.779	8.963
Letras Financeiras do Tesouro	9.779	8.963
Total	1.507.622	1.133.007
Circulante	1.446.765	1.061.602
Não circulante	60.857	71.405

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			30.09.2022	31.12.2021
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	50.021	668.314	583.039	145.391	1.446.765	1.061.602
Títulos públicos	-	50.021	668.314	583.039	145.391	1.446.765	1.061.602
Letras financeiras tesouro	-	50.021	668.314	583.039	145.391	1.446.765	1.061.602
Títulos mantidos até o vencimento (a)	-	-	1.455	59.331	71	60.857	71.405
Títulos públicos	-	-	-	59.331	-	59.331	68.832
CVS	-	-	-	59.331	-	59.331	68.832
Títulos privados	-	-	1.455	-	-	1.455	2.573
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	1.455	-	-	1.455	2.573
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	-	-	-	-	71	71	-
Bladex	-	-	-	-	71	71	-
Total em 30.09.2022	-	50.021	669.769	642.370	145.533	1.507.622	-
Total em 31.12.2021	135.855	-	303.557	370.392	323.203	1.133.007	1.133.007

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e de 31 de dezembro 2021. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.09.2022		31.12.2021		30.09.2022	31.12.2021
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.446.428	1.446.765	1.064.260	1.061.602	337	(2.658)
Letras financeiras do tesouro	1.446.428	1.446.765	1.064.260	1.061.602	337	(2.658)
Mantidos até o vencimento (a)	60.857	60.857	71.405	71.405	-	-
CVS	59.331	59.331	68.832	68.832	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.455	1.455	2.573	2.573	-	-
Bladex	71	71	-	-	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	30.09.2022	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.446.765	1.446.765	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	59.331	-	59.331
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.455	1.455	-
Sem vencimento			
Bladex	71	71	-
Total	1.507.622	1.448.291	59.331

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.061.602	1.061.602	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	68.832	-	68.832
Cotas de fundos de invest. em participações	2.573	2.573	-
Total	1.133.007	1.064.175	68.832

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	3º Tri 2022	30.09.2022	3º Tri 2021	30.09.2021
Resultado de títulos de renda fixa	45.367	107.632	12.105	25.905
Resultado de títulos de renda variável	(1.052)	(1.052)	663	704
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	409	2.995	1.585	634
Reversão da provisão para desvalorização de títulos livres	11.754	11.754	-	-
Total	56.478	121.329	14.353	27.243

6. Relações interfinanceiras

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	78.762	10.937
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	246.172	314.790
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	305.353	279.260
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	72.232	68.266
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	-	6.219
Total	702.519	679.472
Circulante	630.287	611.206
Não circulante	72.232	68.266

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 72.232 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 68.266 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	30.09.2022	31.12.2021
Operações de crédito	10.109.088	8.284.175
Adiantamentos a depositantes	385	84
Empréstimos	9.632.465	8.035.399
Outros financiamentos	24.776	13.542
Financiamentos rurais e agroindustriais	74.798	6.023
Financiamentos imobiliários	376.664	229.127
Outras rubricas	180.821	139.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	99.019	78.087
Operações de câmbio	81.802	61.750
Total da carteira de crédito	10.289.909	8.424.012
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(214.511)	(200.405)
Provisões constituídas	(210.675)	(196.476)
Outros créditos (Nota 8)	(3.836)	(3.929)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	10.075.398	8.223.607
Circulante	2.818.087	2.297.719
Não circulante	7.257.311	5.925.889

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.09.2022	31.12.2021
Pessoa física	10.001.053	8.201.596
Consignados	7.759.866	6.386.572
Banparacard	1.282.097	1.336.122
Cheque especial	6.542	4.317
Cartão de crédito	159.649	103.594
Sazonais	139.581	1.150
Imobiliário	348.778	204.169
Outros	304.540	165.672
Pessoa jurídica	288.856	222.416
Cheque empresarial	5.024	3.254
Capital de giro	151.209	119.117
Imobiliário	27.886	24.954
Outros	104.737	75.091
Total	10.289.909	8.424.012

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2022	31.12.2021
Parcelas vincendas	6.841.341	2.829.543	227.262	54.231	87.297	21.225	16.556	24.731	97.469	10.199.655	8.356.194
Até 30 dias	193.002	111.324	14.618	8.520	3.724	2.685	1.520	1.655	8.585	345.633	265.680
31 a 60 dias	62.633	42.872	16.424	5.579	2.517	1.975	1.353	924	3.802	138.079	249.993
61 a 90 dias	258.255	126.392	14.818	2.991	2.316	1.659	1.024	1.106	4.419	412.980	234.597
91 a 180 dias	440.659	212.717	31.353	7.162	5.722	2.165	1.971	2.383	9.597	713.729	503.578
181 a 360 dias	762.046	342.330	99.157	8.695	9.181	2.748	2.312	3.381	14.029	1.243.879	1.078.537
Acima de 360 dias	5.124.746	1.993.908	50.892	21.284	63.837	9.993	8.376	15.282	57.037	7.345.355	6.023.809
Parcelas vencidas	-	5.215	4.065	6.895	5.814	7.362	6.249	8.456	46.198	90.254	67.818
Até 14 dias	-	5.204	605	694	509	452	333	433	1.722	9.952	11.479
15 a 30 dias	-	11	3.460	1.821	646	934	189	147	489	7.697	4.245
31 a 60 dias	-	-	-	4.380	915	1.100	520	759	2.893	10.567	8.054
61 a 90 dias	-	-	-	-	3.744	577	451	768	2.942	8.482	6.955
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	4.299	4.756	6.349	10.247	25.651	17.676
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	27.890	27.890	19.409
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15	-
Total em 30.09.2022	6.841.341	2.834.758	231.327	61.126	93.111	28.587	22.805	33.187	143.667	10.289.909	-
Total em 31.12.2021	4.406.921	3.509.427	131.536	84.734	86.241	19.052	21.392	35.817	128.892	-	8.424.012

d. Por Setores de Atividade

Setores	30.09.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	9.573.990	93,04	7.990.146	94,85
Varejo - Pessoas Jurídicas	157.898	1,54	123.422	1,47
Rural - Pessoa Física e Jurídica	74.799	0,73	6.022	0,07
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	24.756	0,24	13.547	0,16
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	81.802	3,66	61.751	0,73
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	376.664	0,79	229.124	2,72
Total	10.289.909	100,00	8.424.012	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.09.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	55.477	0,54	38.685	0,46
10 maiores devedores	130.286	1,27	84.824	1,01
20 maiores devedores	70.529	0,69	47.197	0,56
50 maiores devedores	74.046	0,72	53.628	0,64
100 maiores devedores	97.910	0,95	79.041	0,94
Demais devedores	9.861.661	95,84	8.120.637	96,40
Total	10.289.909	100,00	8.424.012	100,00

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.09.2022	30.09.2021
Saldo no início do período	(196.476)	(172.410)
Provisões constituídas	(886.885)	(651.314)
Reversões de provisões	748.856	566.824
Valores baixados ou compensados com créditos	123.830	84.248
Saldo final do período	(210.675)	(172.652)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.929)	(2.386)
Provisões constituídas	(35.493)	(16.108)
Reversões de provisões	35.586	15.222
Outros créditos - Saldo no final do período	(3.836)	(3.272)
Saldo final do período	(214.511)	(175.924)
Circulante	(126.469)	(90.792)
Não circulante	(88.042)	(85.132)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	30.09.2022	30.09.2021
Saldo no início do período	122.182	98.713
Renegociação	67.789	53.597
Recebimentos	(43.118)	(39.854)
Baixas	(5.947)	(5.115)
Saldo final do período	140.906	107.341
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	51.386	43.989
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	36,47%	40,98%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	3º tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Adiantamento a depositante	103	209	68	193
Empréstimo	524.027	1.436.935	417.387	1.172.972
Financiamento com interveniência	567	2.369	353	936
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	10.799	29.757	13.797	35.414
Financiamentos rurais	1.477	1.893	96	167
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	7.649	19.456	2.904	6.291
Total	544.622	1.490.619	434.605	1.215.973

8. Outros créditos

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Carteira de câmbio	83.698	63.668
Créditos a receber	6.035	690
Serviços prestados a receber	6.023	645
Serviços prestados em arranjo de pagamento	12	45
Créditos diversos	431.906	433.001
Adiantamento e antecipações salariais	13.861	5.138
Adiantamento para pagamento	87.338	142.346
Devedores por depósitos em garantia (a)	99.213	93.193
Imposto e contribuições a compensar	92.573	85.363
Pagamentos a ressarcir	1.663	1.532
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.770	4.526
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	99.019	78.087
Devedores diversos – País (c)	33.469	22.816
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(10.767)	(6.853)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.835)	(3.929)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(6.932)	(2.924)
Circulante	510.872	490.506

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 99.019 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 78.087 em 31 de dezembro de 2021) e estão assim distribuídos:

Contas	30.09.2022	31.12.2021
BANPARÁ Mastercard	98.814	76.748
Valores a faturar	16.007	15.698
Faturados a receber	34.579	18.301
Parcelado lojista a agendar bandeira	48.228	42.749
Cartão BANPARÁ	205	1.339
Parcelado sem juros	205	1.339
Total	99.019	78.087

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 33.469 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 22.816 em 31 de dezembro de 2021), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 6.932 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2021).

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(2.924)	(3.822)
Provisões constituídas	(6.501)	(5.032)
Reversões de provisões	2.493	5.930
Saldo final do período	(6.932)	(2.924)

9. Imobilizado de uso e intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.513	57.269	23.576	10.770	106.577	13.723	171	213.599
Depreciação acumulada	-	(36.949)	(14.187)	(5.615)	(88.911)	(7.008)	(171)	(152.841)
Líquido 31.12.2021	1.513	20.320	9.389	5.155	17.666	6.715	-	60.758
Aquisições	40	204	357	20	1.683	773	-	3.077
Baixas custo	-	(11)	-	-	(10)	-	-	(21)
Baixas depreciação	-	-	-	-	10	-	-	10
Depreciação	-	(434)	(1.390)	(752)	(5.798)	(761)	-	(9.135)
Movimentação líquida	40	(241)	(1.033)	(732)	(4.115)	12	-	(6.069)
Custo	1.553	57.462	23.933	10.790	108.250	14.496	171	216.655
Depreciação acumulada	-	(37.383)	(15.577)	(6.367)	(94.699)	(7.769)	(171)	(161.966)
Líquido 30.09.2022	1.553	20.079	8.356	4.423	13.551	6.727	-	54.689

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	165.795	7.196	3.000	17.373	193.364
Amortização acumulada	(70.217)	-	(1.750)	-	(71.967)
Líquido 31.12.2021	95.578	7.196	1.250	17.373	121.397
Aquisições	21.504	12.557	-	-	34.061
Baixas custo	(2.235)	-	-	-	(2.235)
Baixas amortização	2.235	-	-	-	2.235
Amortização	(24.656)	-	(1.125)	-	(25.781)
Movimentação líquida	(3.152)	12.557	(1.125)	-	8.280
Custo	185.064	19.753	3.000	17.373	225.190
Amortização acumulada	(92.638)	-	(2.875)	-	(95.513)
Líquido 30.09.2022	92.426	19.753	125	17.373	129.677

10. Depósitos e captações no mercado aberto

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Circulante	10.135.173	7.743.607
Depósitos à vista	1.973.338	1.608.265
Depósitos do público	344.552	336.794
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	6.983	3.076
Depósitos de governo	1.621.401	1.267.993
Depósitos a prazo	6.626.577	4.680.025
Depósitos de poupança	1.535.258	1.455.317
Não circulante	2.609.793	2.561.193
Depósitos a prazo	2.609.793	2.561.193
Total	12.744.966	10.304.800

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	30.09.2022	31.12.2021
Sem vencimento	1.973.338	1.001	1.535.258	3.509.597	3.064.653
Até 30 dias	-	45.437	-	45.437	150.404
De 31 a 60 dias	-	125.280	-	125.280	156.830
De 61 a 90 dias	-	225.984	-	225.984	78.300
De 91 a 180 dias	-	1.508.936	-	1.508.936	622.474
De 181 a 360 dias	-	4.719.939	-	4.719.939	3.670.946
Acima de 360 dias	-	2.609.793	-	2.609.793	2.561.193
Total	1.973.338	9.236.370	1.535.258	12.744.966	10.304.800

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	30.09.2022	31.12.2021
Sociedades ligadas	1.473.173	4.955.396	-	6.428.569	4.872.022
Pessoas físicas	218.176	1.333.714	1.471.664	3.023.554	2.828.401
Invest. institucionais	-	2.003	-	2.003	2.226
Instituição financeira	402	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	129.136	1.563.193	63.594	1.755.923	1.783.911
Governo municipal	148.818	1.382.064	-	1.530.882	815.682
Outros	3.633	-	-	3.633	2.156
Total	1.973.338	9.236.370	1.535.258	12.744.966	10.304.800

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	30.09.2022	31.12.2021
Recompras a liquidar - Carteira própria	50.201	102.312
Total	50.201	102.312

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

e. Despesas de captação

	3º tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Depósitos de poupança	(29.191)	(76.495)	(10.981)	(23.949)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(215)	(3.052)
Depósitos a prazo	(290.805)	(743.271)	(90.227)	(171.633)
Depósitos judiciais	(1)	(16)	(15)	(45)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(3.490)	(8.184)	(1.196)	(2.453)
Letras financeiras	(5.603)	(9.888)	(200)	(1.638)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.950)	(11.477)	(3.232)	(9.053)
Total	(333.040)	(849.331)	(106.066)	(211.823)

11. Relações interfinanceiras

	30.09.2022	31.12.2021
Obrigações junto a partic. de sist. de liquidação	31.888	-
Arranjo de pagamento	87.710	72.154
Total	119.598	72.154

O montante de R\$ 119.598 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 72.154 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações junto a participantes de sistemas de

liquidação, tais como cheques e outros papéis recebidos e recebimentos remetidos e transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de títulos

	30.09.2022	31.12.2021
Circulante	1.503	8.170
Recursos de letras financeiras	1.503	8.170
Não circulante	162.091	3.753
Recursos de letras financeiras	162.091	3.753
Total	163.594	11.923

O montante de R\$ 163.594 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 11.923 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco.

Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

	30.09.2022	31.12.2021
No exterior	83.496	63.230
No país	50.365	38.140
Total	133.860	101.370

O montante de R\$ 133.860 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 101.370 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (Funding) em bancos de outros países. A expansão é reflexo do aumento de volume das operações no que se refere à câmbio futuro e captações externas.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. Outras obrigações

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Circulante	181.724	134.601
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	23.707	6.897
Sociais e estatutárias	190	257
Fiscais e previdenciárias	32.879	26.641
Obrigações por convênios	14.077	10.120
Obrigações por prestação de serviços	66.241	57.691
Credores por recursos a liberar	24.675	20.485
Credores diversos – País (a)	18.606	9.725
Obrigações por transações de pagamento	240	1.652
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	688	676
Outras obrigações	421	457
Total	181.724	134.601

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 18.606 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2021), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	30.09.2022	31.12.2021
Circulante	129.443	115.602
Provisão com pessoal	55.469	21.334
Provisão com PLR	6.339	19.325
Provisão para outras despesas administrativas	38.702	43.164
Passivo para risco – Trabalhista	18.980	23.192
Passivo para risco – Cível	1.785	1.328
Passivo para risco – Tributária	5.462	5.016
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	104	104
Outros	2.602	2.139
Não circulante	31.165	30.600
Passivo para risco – Trabalhista	14.824	10.788
Passivo para risco – Cível	13.734	17.167
Passivo para risco - Tributário	2.607	2.645
Total	160.608	146.202

15. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria

jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 33.804 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 33.980 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 8.219 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 5.901 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de setembro de 2022 é R\$ 15.519 (R\$ 18.495 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 92.138 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 71.679 em 31 de dezembro de 2021) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados,

não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de setembro de 2022 é R\$ 8.070 (R\$ 7.661 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 22.019 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	30.09.2022			30.09.2021		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	33.980	18.496	7.661	37.763	15.340	7.363
Atualização monetária	3.498	2.685	666	3.912	2.664	162
Constituições	4.733	2.433	-	3.979	997	-
Reversões	(3.110)	(7.374)	(257)	(2.334)	(694)	-
Pagamentos	(5.297)	(721)	-	7.791	(445)	-
No final do período	33.804	15.519	8.070	51.112	17.862	7.525
Dep. judiciais	20.532	16.330	62.136	18.851	15.989	55.987

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	18.980	1.785	5.462	26.227
De 1 a 5 anos	14.824	13.727	2.607	31.158
Acima de 5 anos	-	7	-	7
Total	33.804	15.519	8.069	57.392

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.09.2022		30.09.2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO IN	755	0,008	755	0,008
Administradores	16	0,000	193	0,002
Demais acionistas	1.445	0,015	1.268	0,013
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 30 de setembro de 2022 as ações em circulação totalizavam uma quantidade de 2.200.

16.2. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 27 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 91.689, que após a dedução dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 75.709, pagos naquele exercício, resultou num saldo remanescente de R\$ 15.980, e pelo Conselho de Administração foi aprovada a proposta de pagamento dos juros sobre capital próprio relativo ao 1º e 2º trimestre de 2022 no montante de R\$ 53.201, ambos tendo seu efetivo pagamento ocorrido em 18 de maio de 2022 e 1 de setembro de 2022 respectivamente.

17. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que o Banco atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e das métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e a complexidade das operações.

No fechamento de 30 de setembro de 2022 o Banco manteve o contínuo monitoramento dos limites estabelecidos na declaração de apetite por riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos planos de contingências.

Risco de crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para a efetividade do gerenciamento do risco de crédito referente aos procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito o Banpará:

- Gerencia o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias.
- Elabora modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito visando realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito.
- Monitora e controla o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração.
- Fornece reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.
- Observa a regulamentação contábil em vigor e implementa mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avalia previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento.
- Estabelece cenários de estresse para avaliação da resiliência da instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico.
- Adota boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito no mês setembro de 2022 atingiu R\$ 10.289.908. O crescimento apresentado foi de 11,6% em relação ao mês anterior e 28,5% em relação ao mesmo período de 2021. O crédito direcionado para PF representa 97,20% e o crédito direcionado para PJ representa 2,80%.

O Banco, por nível de risco, concentra 96,88% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	30.09.2022		31.12.2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	6.841.339	66,49	4.406.921	52,31
A	2.834.756	27,55	3.509.427	41,66
B	231.326	2,25	131.536	1,56
C	61.126	0,59	84.734	1,01
D - H	321.361	3,12	291.394	3,46

A inadimplência passou a representar **1,25%** do crédito total:

3º Tri 2018	3º Tri 2019	3º Tri 2020	3º Tri 2021	3º Tri 2022
1,92%	1,89%	1,37%	1,51%	1,25%

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem o Banpará ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	3º Trimestre 2022	3º Trimestre 2021
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	1.101.189	2.309.994
USD	25.235	6.663
Euro	2.673	2.717
Total	1.129.097	2.319.374

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du – 13,65% e 63 du (1T) – 13,7% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 5,41 e EUR – R\$ 5,29) das moedas do dia 30 de setembro de 2022 e o Dólar e Euro futuros (63 du) negociados na B3 (USD – R\$ 5,48 e EUR – R\$ 5,38).
- Cenário 2 - considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 25%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.
- Cenário 3 – considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 50%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de risco			Total da perda	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	3º Tri 2022	3º Tri2022	3º Tri 2022	3º Tri 2022	%PR
1	13	342	45	400	0,03%
2	896	(5.725)	(591)	(5.420)	-0,35%
3	1.013	(12.119)	(1.269)	(12.375)	-0,79%

PR: 1.569.671

* Para a elaboração da metodologia dos cenários de 3T2022, utilizou-se os valores de Dólar e Euro futuro da B3, dessa forma não foi possível realizar comparações.

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência (PR), uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio, que representa apenas 2,47% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará para o IRRBB, houve um aumento de 44,42% entre setembro de 2021 e setembro de 2022, e para o PR o aumento no período foi de 4,05%.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário, assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o Índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias,

diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações financeiras

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos órgãos de governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 30 de setembro de 2022, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco socioambiental:

O risco socioambiental refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos ambientais.

No Banpará, a estrutura organizacional da gestão de risco socioambiental é a Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI) que por meio da Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), gerencia as diretrizes e as ações da PRSA, agenda ESG e risco social, ambiental e climático.

A DICRI tem como finalidade classificar, avaliar e monitorar o referido risco, visando minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e nas operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da instituição com a responsabilidade socioambiental na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, para a preservação do meio ambiente e para a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a esse risco, é realizada a classificação do risco socioambiental, que considera as atividades exercidas pelos

clientes da carteira de crédito pessoa jurídica utilizando-se de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança socioambiental do cliente. Para os quesitos são observados: regularidade das atividades do cliente perante à legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, a Resolução CMN nº 4.327/2014, a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Resolução CMN nº 4.943/2021, a Resolução CMN nº 4.945/2021, a Resolução CONAMA nº 237/1997, a Resolução COEMA nº 162/2021, o Normativo SARB nº 14/2014, e as Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9) e 18 (NR18).

Quanto à carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, visto que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que têm ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, em que são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionadas a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

O controle e acompanhamento é realizado por meio de monitoramento das validades das classificações de risco socioambiental gerado na concessão de crédito e por meio

do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados pelo cliente, para a carteira de crédito pessoa jurídica.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e o controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital, tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital.
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco.
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio.
- A elaboração e a revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de cinco anos.
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos órgãos de governança da instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores (DICRI), pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos (NUPLE), pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro (SURIS), e por todas as demais unidades envolvidas no processo.

Entre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco.
- Plano de capital abrangendo o horizonte de cinco anos.
- Plano de Contingência de Capital.
- Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
- Programa de Teste de Estresse.
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Análise de resultado de capital no período

Quando comparado ao 31 de dezembro de 2021, verifica-se o crescimento do PR em 30 de setembro de 2022 em 3,45%, em virtude de apuração de lucro no período, cerca de R\$ 129,8 milhões, por conseguinte, também tivemos o crescimento da parcela RWA em 19,51%, em decorrência do aumento da parcela de exposição ao risco de crédito - RWA_{CPAD} em R\$ 1.355.992, da parcela do risco de mercado RWA_{MPAD} em R\$ 70.283, da parcela de exposição ao risco operacional - RWA_{OPAD} em R\$ 178.067 e também pelo aumento do ajuste prudencial – Ativos Intangíveis em R\$ 8.280. Por fim, o índice de Basileia decresceu em 13,44%, impactado pela variação positiva do RWA em proporção maior que a variação positiva do montante da parcela PR.

Índice de Basileia	30.09.2022	31.12.2021
Patrimônio de Referência - PR	1.569.671	1.517.301
Nível I	1.569.671	1.517.301
Capital principal	1.569.671	1.517.301
Capital social	1.473.122	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	149.597	165.576
Contas de resultado credoras	24.438	-
Contas de resultado devedoras*	1.136.482	-
Sobras de lucro	1.084.291	-
Ajustes prudenciais*	129.677	121.397
Ativos ponderados pelo risco - RWA**	9.828.859	8.224.517
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	8.822.387	7.466.395
Exposição ao risco de mercado - RWAMPAD	99.998	29.715
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	22.312	1.726
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	77.686	27.989
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	906.474	728.407
IRRBB	243.472	177.460
Valor de margem sobre PR***	294.169	517.389
Índice de Basileia Banpará - IB	15,97%	18,45%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

18. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

18.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresenta as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida – CD
Situação	Ativo/em funcionamento
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ
Tipo de patrocínio	Lei complementar nº108 e 109/01
Quantidade de grupo de custeio	01

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- a) Renda temporária.
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo.
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício.
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Segue abaixo as últimas informações atualizadas:

	30.09.2022	31.12.2021
Participantes ativos		
Quantidade	1.458	1.309
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	8.574	9.657
Participantes assistidos		
Quantidade	89	86
Idade média (anos)	73	72
Benefício médio (R\$)	1.596	1.743
Pensionistas		
Quantidade	47	47
Idade média (anos)	55	55
Benefício médio	1.223	2.091

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das avaliações atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 31 de maio de 2022 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de avaliação atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, das quais é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias utilizadas (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	30.09.2022	31.12.2021
Posição dos dados	Mai-22	Nov-21
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Aposentados	Cadastro Individual	Cadastro Individual
Crescimento real de salários	2,24%	2,24%
Taxa de rotatividade	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa real anual de juros	5,85%	5,24%
Taxa de Inflação projetada*	4,96%	4,96%
Taxa anual de juros	11,10%	10,46%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	11,10%	6,74%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de atualização	INPC	INPC
<i>*Representa a inflação projetada conforme informado pela patrocinadora</i>		
Principais premissas atuarias		
Crescimento real de salários	2,24%	
Taxa real anual de juros	5,85%	
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

18.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, das quais é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é superavitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater as contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do plano.

A) - Conciliação dos ativos do plano		
	30.09.2022	31.12.2021
Valor do ativo justo no início do período	2.689.486	2.362.366
Receita de juros dos ativos	155.010	134.136
Contribuições do patrocinador	121.584	141.497
Contribuições do empregado	-	-
Benefícios pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (alt. regulamentar)	-	-
Ganhos/(perdas) sobre o ativo justo	(653.375)	51.487
Valor do Ativo Justo no final do período	2.312.705	2.689.486
B) - conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido		
	30.09.2022	31.12.2021
Valor da obrigação atuarial no início do período	(680.191)	(660.062)
Custo de juros líquido	(36.499)	(35.489)
Custo do serviço corrente líquido	-	-
Custo do serviço passado	-	-
Benefícios pagos	-	-
Contribuições patrocinador	-	-
Contribuições assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (alt. regulamentar)	-	-
Ganhos/ (perdas) sobre a obrigação atuarial	95.622	15.360
- Ganhos/ (perdas) decorrentes da experiência	61.703	(62.235)
- Ganhos/ (perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/ (perdas) decorrentes de mudança financeira	33.919	77.595
Valor da obrigação atuarial no final do período	(621.069)	(680.191)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 1.692, equivalente a 272,38% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para 30 de setembro de 2022.

18.3. Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

19. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
Estado do Pará	6.428.569	4.872.022
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	1.473.173	1.185.369
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	4.955.396	3.686.653

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	30.09.2022	30.09.2021
Remuneração	1.829	1.820
Diretoria	1.173	1.252
Conselho de Administração	656	568
Participação nos Lucros e resultados	226	223
Administradores	226	223

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 30 de setembro de 2022 o Banco possui o valor de R\$ 6.107 (R\$ 5.750 em 31 de dezembro de 2021) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 30 de setembro de 2022, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 16 ações.

20. Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 251.588.

21. Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

Descrição	30.09.2022		30.09.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	161.003	188.100	262.776	326.613
Juros s/ capital próprio e participações	53.201	53.201	33.035	33.035
Base de cálculo	214.204	241.301	295.811	359.648
Adições (exclusões)	(34.186)	(61.442)	11.016	-
Base de cálculo	180.018	179.859	306.827	359.648
Alíquota normal (15% e 20%)	27.003	36.021	46.024	66.784
Adicional do imposto de renda (10%)	17.984	-	30.665	-
IR e CSLL devidos	44.987	36.021	76.689	66.784
Programa de alimentação ao trabalhador	(1.080)	-	(1.841)	-
Incentivos fiscais	(960)	-	-	-
Prorrogação da licença maternidade	(619)	-	(513)	-
IR e CSLL a pagar	42.328	36.021	74.335	66.784

a. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 179.168 relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos e provisões judiciais trabalhistas, ativadas em 2011 a 2022 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e de 20% de CSLL até 2021.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resolução CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 30 de setembro de 2022:

Créditos tributários	31.12.2021	30.09.2022		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	88.268	42.783	(31.543)	99.508
Diferença temporária - CSLL	70.669	34.545	(25.554)	79.660
Total	158.937	77.328	(57.097)	179.168

Em 30 de setembro de 2022, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 179.168 (R\$ 158.937 em 31 de dezembro de 2021) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão de licença prêmio, provisão judiciais cíveis e marcação a mercado, dos quais R\$ 57.097 foram realizados ao longo do período.

Créditos Tributários	31.12.2021	30.09.2022		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	123.639	62.351	(43.675)	142.315
Diferença temporária - Trabalhista	15.292	3.711	(3.790)	15.213
Diferença temporária - Prov. outros créditos.	3.131	2.721	(959)	4.893
Diferença temporária - Prov. licença prêmio	7.357	4.793	(2.386)	9.764
Diferença temporária - Prov. cíveis	8.322	2.357	(3.696)	6.983
Diferença temporária - Marcação a mercado	1.196	1.395	(2.591)	-
Total	158.937	77.328	(57.097)	179.168

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2022	2023	2024	2025	2026	2026 a 2031	Total
Crédito tributário de I.R	8.781	10.325	9.519	10.173	10.382	50.358	99.538
Crédito tributário de C. social	7.025	8.260	7.615	8.138	8.305	40.287	79.630
Total dos créditos	15.806	18.585	17.134	18.311	18.687	90.645	179.168
Taxa média de captação a.a. (%)	8,74	10,57	9,30	8,12	7,96	40,89	
Valor presente do crédito tributário	14.535	16.808	15.676	16.935	17.309	64.338	145.601

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de setembro de 2022 totalizavam R\$ 4.411 (R\$ 9.461 em 31 de dezembro de 2021). Em 30 de setembro de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2021	30.09.2022				
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	7.661	(257)	666	-	8.070	3.631
Provisão para outros valores e bens	1.800	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	9.461	(257)	666	-	9.870	4.441

22. Outras receitas e despesas

22.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Recuperação de encargos e despesas	266	635	259	602
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	758	2.493	277	3.311
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	4.682	10.745	3.938	9.830
Reversão de provisões passivas	6.097	16.760	6.434	11.252
Atualização de valores ativos	5.240	13.582	962	4.847
Atualização de depósitos judiciais	-	-	1.101	2.822
Variação cambial e diferença de taxas	1.401	13.161	412	6.341
Outros	935	1.976	200	620
Total	19.379	59.352	13.583	39.625

Outras despesas operacionais	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Serviços associados a transações de pagamento	(782)	(2.243)	(705)	(2.048)
Desc. concedidos em renegociações	(203)	(723)	(384)	(646)
Variação cambial e diferença de taxas	(3.903)	(10.530)	(1.386)	(4.007)
Estorno de rendas	(133)	(261)	(147)	(1.363)
Provisões passivas	(5.107)	(14.016)	(3.894)	(11.702)
Provisão de outros créditos em liquidação	(4.057)	(6.501)	(498)	(2.995)
Ações cíveis	(646)	(1.739)	(1.484)	(2.023)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(103)	-	(335)
Outros	(409)	(2.008)	(134)	(470)
Total	(15.240)	(38.124)	(8.632)	(25.589)

22.2. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Insubsistências passivas	46	1.011	1.959	6.307
Superveniências ativas	1.428	2.975	965	2.630
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	-	26	51	106
Outras receitas	107	312	156	381
Insubsistências ativas	(4)	(1.621)	(390)	(6.734)
Superveniências passivas	(56)	(197)	(362)	(4.689)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(92)	(1.561)	(1.201)	(4.096)
Perdas em outros investimentos (a)	(11.754)	(11.754)		
Outras despesas	(1)	(268)	(17)	(35)
Total	(10.326)	(11.077)	1.161	(6.130)

(a) O valor demonstrado em perda em outros investimentos refere-se aos títulos classificados como letras de crédito imobiliárias adquiridas pelo Banpará junto ao Banco BVA S/A em 2012, considerando que em 2014 este teve falência decretada, o Banpará constituiu à época, provisão para reconhecimento da perda provável do referido título. No 3º trimestre de 2022, o Banpará efetuou estudo técnico conjunto entre a área jurídica e contábil, que concluiu que o valor deveria ser reconhecido como perda definitiva em razão de sua natureza.

22.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Rendas por serviços de pagamento	3.004	7.574	1.647	4.843
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	881	2.530	786	2.604
Rendas de cobrança	185	645	188	502
Rendas de pacotes de serviços - PF	22.203	64.052	18.862	55.610
Rendas de serviços diferenciados - PF	421	1.161	226	698
Rendas de serviços especiais - PF	274	1.228	364	1.208
Rendas de convênios	767	2.190	735	2.146
Rendas de comissão de seguros e outros	7.344	16.846	3.854	9.726
Rendas de outros serviços	1.067	2.898	583	1.028
Total	36.146	99.124	27.245	78.365

22.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Fornecimento de 2ª via de cartão	43	148	87	217
Saque de conta depósito à vista e poupança	869	2.412	1.024	2.925
Transferência por meio de DOC/TED	1.053	2.952	1.170	3.443
Concessão de adiantamento e depositante	132	363	130	263
Anuidade cartão de crédito	3.928	11.127	1.748	4.582
Pacote de serviço	2.670	7.819	2.263	6.590
Fornecimento de folha de cheque	64	193	55	177
Operações de crédito	85	286	88	243
Manutenção de conta ativa	210	623	172	535
Convênios	2.420	6.574	1.964	5.496
Outras rendas	496	1.287	255	845
Total	11.970	33.784	8.956	25.316

22.5. Despesa de pessoal

Despesas de pessoal	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Honorários	(685)	(1.986)	(709)	(1.962)
Encargos sociais	(34.664)	(88.674)	(28.325)	(80.704)
Benefícios	(23.381)	(65.120)	(18.795)	(54.997)
Proventos	(100.075)	(254.411)	(86.854)	(225.840)
Remuneração de estagiários	(648)	(1.804)	(592)	(1.601)
Treinamento	(372)	(1.138)	(547)	(1.373)
Total	(159.825)	(413.133)	(135.822)	(366.477)

22.6. Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Água e energia	(3.605)	(10.768)	(3.804)	(9.768)
Aluguéis	(9.032)	(26.232)	(7.786)	(23.827)
Comunicações	(9.072)	(29.213)	(10.491)	(32.230)
Contribuições filantrópicas	(154)	(462)	(154)	(395)
Manutenção e conservação de bens	(4.628)	(15.786)	(5.764)	(17.457)
Material	(611)	(1.857)	(857)	(2.832)
Processamento de dados	(31.994)	(92.372)	(34.202)	(88.980)
Promoções e relações públicas	(4.198)	(6.246)	(4.481)	(7.794)
Propaganda e publicidade	(2.493)	(18.874)	(2.720)	(13.616)
Publicação	(549)	(580)	(21)	(94)
Seguro	(47)	(218)	(150)	(456)
Serviços do sistema financeiro	(10.791)	(31.339)	(10.456)	(29.669)
Serviços de terceiros	(3.417)	(10.409)	(3.138)	(12.078)
Serviços de vigilância	(18.371)	(52.277)	(14.711)	(43.699)
Serviços técnicos especializados	(1.190)	(4.402)	(1.076)	(2.659)
Transportes	(7.610)	(23.911)	(7.332)	(21.559)
Viagens	(129)	(336)	(91)	(175)
Multas aplicadas	-	-	(43)	(47)
Outras despesas administrativas	(1.879)	(5.441)	(1.550)	(5.056)
Amortização	(9.325)	(25.781)	(7.489)	(23.162)
Depreciação	(2.848)	(9.134)	(2.927)	(9.036)
Total	(121.943)	(365.638)	(119.243)	(344.589)

22.7. Despesas tributárias

Despesas tributárias	3º Tri 2022	30.09.2022	3º tri 2021	30.09.2021
Outras despesas tributárias	(185)	(1.391)	(161)	(1.311)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(2.424)	(6.662)	(1.816)	(5.188)
Contribuição ao COFINS	(16.379)	(46.468)	(16.352)	(47.933)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.662)	(7.551)	(2.658)	(7.789)
Total	(21.650)	(62.072)	(20.987)	(62.221)

23. Demonstrativo de análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 10,92%, e o IPCA projetado* para 2023, de 5,00%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.09.2022	Cenário provável (10,92%)	Cenário possível - estresse 25% (13,65%)	Cenário remoto - estresse 50% (16,43%)
Títulos e valores mobiliários	1.507.622	(164.632)	(205.790)	(247.702)
Operação - IPCA	Base 30.09.2022	Cenário provável (5,00%)	Cenário possível - estresse 25% (6,25%)	Cenário remoto - estresse 50% (7,50%)
Provisão para contingências	57.497	(2.875)	(3.594)	(4.312)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 30/09/2022.

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 57.497 e o resultado do Banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	6.841.341	-	-
A	2.834.758	-	-
B	231.327	-	-
C	61.126	-	-
D	93.111	-	-
E	28.587	8.406	2.522
F	22.805	8.826	4.413
G	33.187	21.358	14.950
H	143.667	90.524	90.524
Total	10.289.909	129.114	112.409

Aumento 150% ativo problemático	193.671
--	----------------

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
E	12.610	3.783	1.261
F	13.239	6.619	2.206
G	32.037	22.426	7.475
H	135.785	135.785	45.262
Total ativo problemático	193.671	168.613	56.204

24. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios

futuros. O Banco, em 30 de setembro de 2022 e 2021, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506 Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil Telefone +55 (91) 3321-0150
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administração do Banco do Estado do Pará S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 08 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo n.º 163 da Lei n.º 6.404/76, tendo examinado as demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constatou que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que estas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela instituição no período. Desse modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 10 de novembro de 2022.

ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA
Presidente

RAIMUNDO BENEDITO PINHEIRO
Membro

JOSÉ MARIA TAVARES TEIXEIRA
Membro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**OPINIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Diretoria, Contabilidade, Controles internos e compliance, Auditoria Interna, com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes e encontra-se adequadas.

Nesse sentido, com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2022 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 3 de novembro de 2022.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO
Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS
Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 7 de novembro de 2022.

Joao Bernardo Pereira Lima
Diretor Presidente em exercício

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Carlos Alexandre Ferreira da Silva
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores

Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 8 de novembro de 2022.

Joao Bernardo Pereira Lima
Diretor Presidente em exercício

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Carlos Alexandre Ferreira da Silva
Diretor